

APRESENTAÇÃO

Apresenta-se neste documento o Relatório Semestral 1 previsto no âmbito do Programa de Compensação Social – Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho – Monitoramento da Expansão Populacional, e que analisa os resultados da primeira pesquisa domiciliar realizada na cidade de Porto Velho em setembro de 2009. Atividades propostas no Plano Básico Ambiental, as pesquisas semestrais têm como objetivo identificar alterações no número e características dos moradores residentes na cidade de Porto Velho após o início de implantação da UHE Santo Antônio. Faz parte do contrato número CT.DS.SP.019 2009 celebrado entre a SANTO ANTONIO ENERGIA S/A e a PRAXIS PROJETOS E CONSULTORIA LTDA, datado de 10 de junho de 2009.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 4 |
| 1. ASPECTOS METODOLÓGICOS..... | 5 |
| 1.1. Premissas adotadas | 5 |
| 1.2. Análise exploratória dos dados | 6 |
| 1.3. Plano Amostral | 7 |
| 1.4. Estratificação dos setores..... | 7 |
| 1.5. Fator de expansão..... | 9 |
| 1.6. Estimadores de totais | 10 |
| 1.7. Resultados para a população total | 10 |
| 2. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO..... | 12 |
| 2.1. População total estimada..... | 12 |
| 2.2. Componentes do crescimento populacional | 13 |
| ▪ Fecundidade..... | 13 |
| ▪ Mortalidade..... | 14 |
| ▪ Taxa de Crescimento Natural | 14 |
| ▪ Saldo Líquido Migratório..... | 14 |
| 2.3. Composição das famílias..... | 15 |
| 2.4. Distribuição da população segundo o sexo e a idade..... | 16 |
| 2.5. Fluxos migratórios | 18 |
| 2.6. A migração nos anos 2008 e 2009 | 20 |
| ▪ Sexo e Idade | 20 |
| ▪ Taxa de escolarização e escolaridade..... | 22 |
| ▪ Tipo de movimento migratório | 24 |
| ▪ Motivo da migração | 25 |
| ▪ Atividade econômica..... | 26 |
| 3. TRABALHO E RENDIMENTO | 28 |
| 3.1. Ocupações da população economicamente ativa | 28 |
| 3.2. Situação ocupacional..... | 30 |
| 3.3. Setor de atividade..... | 32 |
| 3.4. Outras análises..... | 33 |
| 4. CURSOS DE QUALIFICAÇÃO | 35 |
| 5. HABITAÇÃO | 37 |
| 5.1. Características das ocupações e do sítio | 37 |
| 5.2. Tempo de residência no bairro e na moradia atual..... | 38 |
| 5.3. Atendimento dos domicílios por infraestrutura | 39 |
| 5.4. Tipologia das moradias..... | 40 |
| 5.5. Condição de ocupação das moradias..... | 41 |
| 6. DÉFICIT HABITACIONAL E INADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS | 42 |
| 6.1. Déficit Habitacional | 42 |
| 6.2. Inadequação dos domicílios | 45 |
| 7. ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH..... | 47 |
| 7.1. IDH - Longevidade..... | 47 |
| 7.2. IDH - Educação | 48 |
| 7.3. IDH - Renda..... | 49 |
| 7.4. IDH – M – Índice de Desenvolvimento Humano | 50 |

| | |
|---|----|
| 8. AVALIAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO EMPREGO, RENDA E SERVIÇOS..... | 52 |
| 8.1. Trabalho e renda | 52 |
| 8.2. Educação..... | 55 |
| 8.3. Segurança | 58 |
| 8.4. Lazer..... | 60 |
| 8.5. Saúde | 61 |
| 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 64 |
| 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 66 |
| 11. EQUIPE TÉCNICA..... | 67 |

INTRODUÇÃO

Este relatório contém a análise de um amplo conjunto de informações coletadas em pesquisa domiciliar realizada no mês de setembro de 2009 em uma amostra da população da cidade de Porto Velho. A organização do relatório foi feita de forma a facilitar a leitura, contudo, cada capítulo contém a análise de resultados referente a um determinado tema e por isso pode ser lido isoladamente, ou em seqüência diferente da aqui apresentada, com exceção do primeiro capítulo que trata da metodologia utilizada na pesquisa. Esta foi descrita em maior detalhe no relatório específico apresentado logo após a conclusão dos levantamentos de campo (Relatório de Pesquisa 1, de outubro de 2009).

No segundo capítulo apresentam-se as características demográficas da população com enfoque sobre o crescimento da cidade de Porto Velho nos dois últimos anos. Caracterizam-se os migrantes recentes – chegados a Porto Velho nos anos de 2008 e 2009 – buscando identificar o impacto deste fluxo migratório na dinâmica demográfica da cidade. São consideradas algumas variáveis que caracterizam a população residente, como a escolaridade de nativos e migrantes.

O terceiro capítulo é voltado para o mercado de trabalho, e contém informações sobre a população economicamente ativa, composta pelas pessoas ocupadas e pelos desempregados. Através da análise da estrutura ocupacional, da situação ocupacional e do setor de atividade procura-se identificar as alterações ocorridas nos dois últimos anos, e a dinâmica da geração de empregos indiretos na construção civil, comércio, serviços e outros setores a partir da geração de empregos diretos na implantação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.

O quarto capítulo mostra uma listagem dos cursos profissionalizantes freqüentados pela população, com indicações das principais demandas de cursos existentes visando uma orientação para os programas de qualificação propostos pelas várias entidades que atuam no fornecimento deste serviço.

O capítulo cinco trata das características da habitação em Porto Velho. É o único item em que as informações são apresentadas considerando-se os três estratos em que a amostra foi subdividida, em função da importância da questão espacial para a habitação. No capítulo seis apresenta-se uma primeira estimativa do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios. A metodologia adotada foi a desenvolvida pela Fundação João Pinheiro, com adaptações necessárias em função do dado que se tem disponível.

No capítulo sete são apresentados os resultados das estimativas dos índices de desenvolvimento humano a partir do método proposto pelas Nações Unidas e adaptado às restrições de informação que se tem no Brasil de maneira geral e para a cidade de Porto Velho de forma específica.

O capítulo oito analisa as avaliações da população entrevistada sobre as alterações no emprego e renda; na oferta de serviços de educação e saúde e na segurança pública e lazer da população.

O último capítulo ressalta, como considerações finais, aspectos importantes da pesquisa realizada. Em seguida são apresentadas as referências bibliográficas e a equipe técnica responsável pelo processamento e análise dos dados.

1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresenta-se uma descrição dos aspectos relativos à amostragem da primeira pesquisa domiciliar para monitoramento do crescimento populacional da cidade de Porto Velho, destacando o planejamento da amostra, ou seja, o processo de seleção, a alocação dos domicílios e o mecanismo de construção de pesos.

Em conformidade com os objetivos do trabalho, definiu-se como método para o levantamento de informações visando subsidiar este primeiro relatório semestral uma pesquisa domiciliar por amostragem probabilística, com o intuito de recuperar informações retrospectivas (histórias de vida) e coletar a avaliação dos entrevistados sobre serviços prestados à população.

A primeira etapa para a construção desse plano foi a consolidação das dimensões conceituais para definição da amostra, a delimitação da área de abrangência da pesquisa, a determinação da unidade de referência da pesquisa, unidade informante e a unidade de amostragem ou unidade de seleção. Estas definições levam em conta os conceitos a serem investigados e servem de pré-requisito para a definição da população alvo.

1.1. Premissas adotadas

Para a definição da amostra foram adotadas as seguintes premissas:

- Domicílios selecionados: os domicílios abordados na pesquisa foram aqueles classificados como particulares permanentes ocupados e particulares improvisados.
- Abrangência geográfica: região urbana da sede do município de Porto Velho – RO.

Neste planejamento amostral, a área de abrangência da pesquisa foi composta pela área urbana da sede municipal. Assim, foi considerada a área composta por setores censitários que formam o distrito além de áreas urbanas isoladas, caracterizada por intensa ocupação, construções e área afetada por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano.

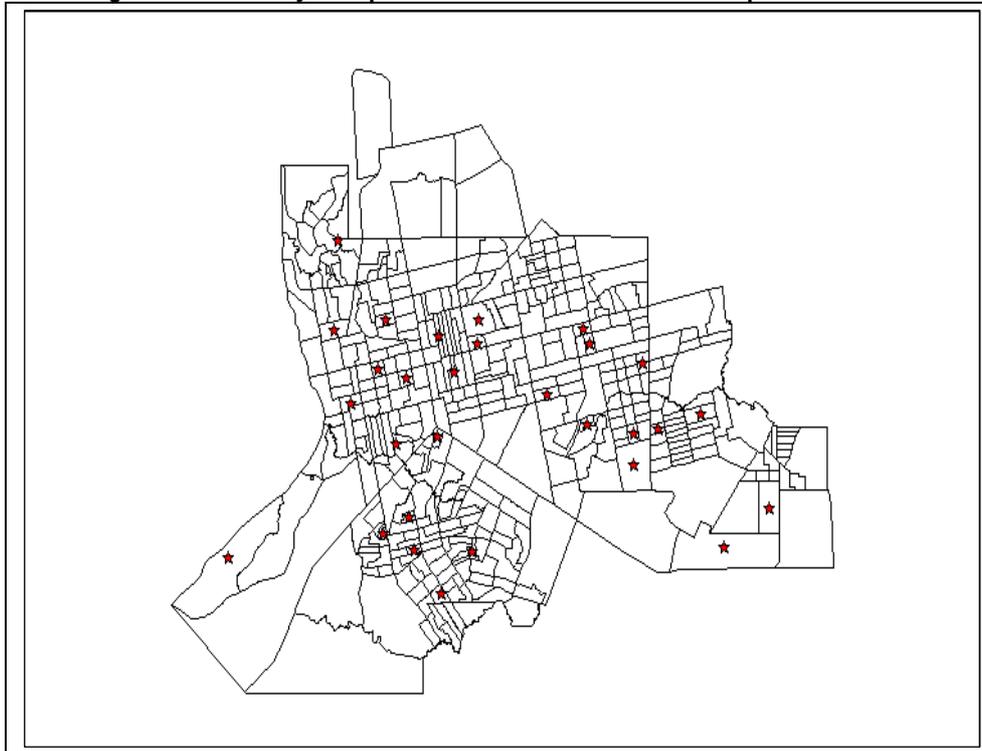
A amostra contempla 29 setores censitários que compõem a área urbana da sede. Um setor é definido como uma área contínua que contém em média 250 domicílios. Foram considerados somente os setores cujo tipo é não-especial (normal) e especial de aglomerado sub-normal (conjunto constituído no mínimo por 51 domicílios), visto que o objetivo da pesquisa é investigar o crescimento populacional e a forma que ocorre este crescimento. Os pontos destacados na Figura 1 mostram a distribuição espacial dos setores censitários selecionados para a amostra da pesquisa.

Para determinação da amostra considerou-se como base populacional um total de 333 (trezentos e trinta e três) setores censitários, conforme estabelecido no Censo Demográfico 2000.

- População alvo: de acordo com o objetivo da pesquisa, a população alvo foi constituída por moradores de domicílios particulares permanentes ocupados e particulares improvisados na área de abrangência geográfica da pesquisa.

- Unidade de referência: os domicílios particulares permanentes ocupados e domicílios particulares improvisados constituíram a unidade de referência.
- Unidade informante: O responsável pelo domicílio foi considerado, preferencialmente, como a unidade informante. Na ausência deste, seria elegível, como informante, qualquer pessoa moradora do domicílio selecionado com, no mínimo, 18 anos de idade.

Figura 1: Distribuição espacial dos setores selecionados para a amostra



Fonte: IBGE (mapa básico)

1.2. Análise exploratória dos dados

Para subsidiar o processo de constituição do plano amostral, efetuou-se uma análise exploratória da população da pesquisa. Nesta atividade foram verificados os cadastros disponíveis, relacionados com a população alvo, que serviriam de base para a análise exploratória de dados, visando um conhecimento prévio de algumas características da população.

O sistema de referência (cadastro) utilizado foi o arquivo contendo as informações provenientes do Censo Demográfico 2000 e da Contagem Populacional 2007, que continham informações auxiliares correlacionadas com o objetivo da pesquisa.

Para garantir uma representatividade geográfica, sócio-econômica e estatística dos domicílios selecionados foram consideradas algumas variáveis para o estágio de estratificação da amostra. Para avaliar uma possível estratificação de setores, estudou-se a distribuição de quatro possíveis variáveis que, supostamente, tivessem algum tipo de correlação com o objetivo da pesquisa. As variáveis sugeridas foram:

- rendimento médio mensal do responsável pelo domicílio em 2000,

- média de anos de estudo do responsável pelo domicílio em 2000,
- taxa de crescimento populacional entre 2000 e 2007, e
- densidade demográfica em 2007.

As variáveis que se mostraram mais adequadas foram as duas primeiras, ou seja, rendimento médio mensal e média de anos de estudo do responsável pelo domicílio em 2000.

1.3. Plano Amostral

Para a especificação do plano amostral levou-se em conta a demanda por informações domiciliares, de moradores e o número de setores contidos na área da pesquisa (Figura 1).

Por não haver um cadastro atualizado e disponível de todos os domicílios no grupo dos bairros a serem pesquisados, tornou-se, assim, inviável a seleção direta de uma amostra de domicílios. A solução encontrada para realizar a pesquisa foi um plano de amostragem por conglomerados em dois estágios. Este procedimento facilita a etapa de atualização da listagem de domicílios que somente ocorrerá nos setores selecionados. Neste sentido, realizou-se nos setores selecionados o processo de arrolamento, que consiste, resumidamente, em identificar e registrar todos os domicílios do setor.

As unidades primárias de amostragem (UPA's) foram os setores censitários e as unidades secundárias de amostragem (USA's) foram os domicílios dos setores selecionados. A amostra de domicílios foi formada através da seleção de domicílios dos setores censitários contemplados.

A amostragem conglomerada permite fazer uma pesquisa agregando as unidades amostrais em diferentes níveis hierárquicos. Sabe-se da homogeneidade dentro dos setores censitários com relação a determinadas características, especialmente por se constituírem em áreas geográficas. Em razão disto, o plano perde em eficiência quando comparado com outros devido ao efeito de conglomeração. Para compensar este problema, foi avaliada uma estratificação geográfica e estatística dos setores censitários, com intuito de se obter alguma melhoria da precisão das estimativas, bem como a representação, na amostra, dos grupos da população formados pela estratificação obtida.

1.4. Estratificação dos setores

Considerando que as variáveis dos dados do Censo Demográfico 2000 são, em geral, discriminadoras dos estratos geográficos, analisou-se graficamente cada uma das quatro variáveis sugeridas para a estratificação. Esta análise sugeriu dispor os setores censitários que compõem a população sob estudo em três estratos, definidos segundo critérios de rendimento médio mensal e número médio de anos de estudo do responsável pelo domicílio. As outras duas variáveis - taxa de crescimento populacional e densidade demográfica - não sinalizaram nenhuma divisão, sendo assim, descartadas da análise para estratificação.

Para a definição dos estratos foi utilizada a técnica de análise de conglomeração dos grupos, que busca determinar conjuntos de grupos (estratos) que sejam homogêneos no que concerne à variável em questão e heterogêneos entre si. Na Tabela 1 tem-se a configuração observada para a composição do número de setores por estrato, bem como o número de setores amostrados.

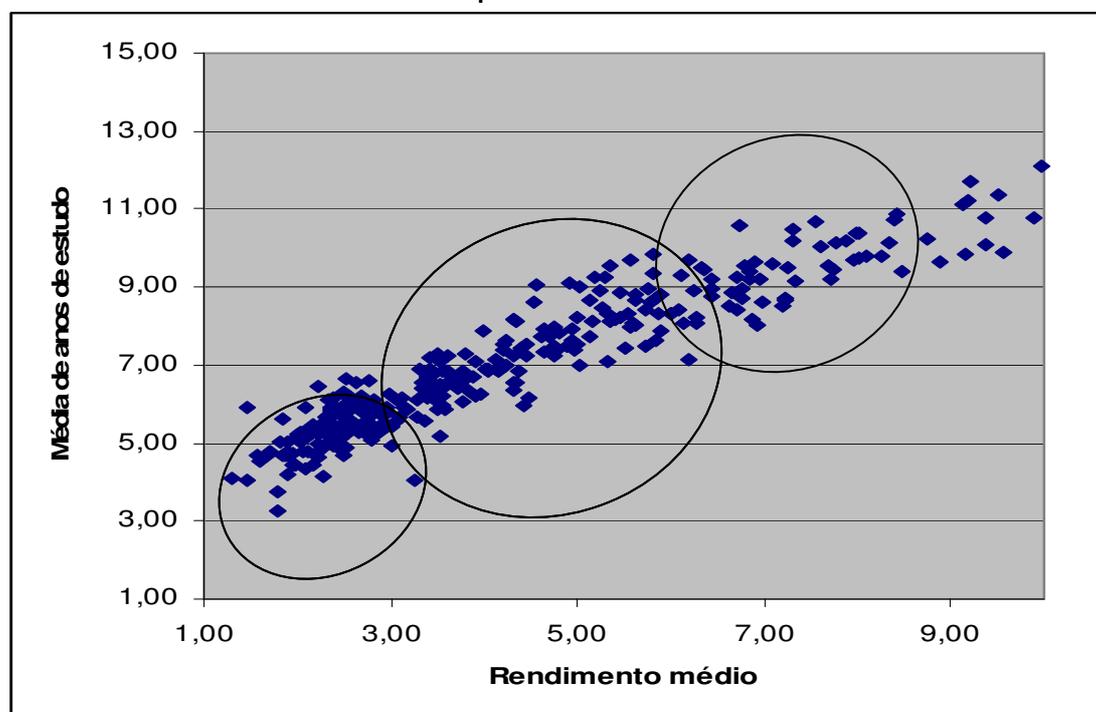
No Gráfico 1 observou-se que as variáveis rendimento médio mensal e número médio de anos de estudo dos responsáveis pelos domicílios dividiriam a população em três estratos, e apresentaram uma significativa correlação positiva ($R^2 = 0,88$).

Tabela 1 - Distribuição do número de setores censitários por estrato e número de setores amostrados, cidade de Porto Velho, 2009

| Estrato | Número de setores censitários | | |
|-----------|-------------------------------|--------------|---------|
| | Total (população) | Relativo (%) | Amostra |
| Estrato 1 | 209 | 63 | 18 |
| Estrato 2 | 100 | 30 | 9 |
| Estrato 3 | 24 | 7 | 2 |
| Total | 333 | 100 | 29 |

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, 2009

Gráfico 1 - Rendimento médio do responsável pelo domicílio versus anos de estudos do responsável pelo domicílio.



Fonte: IBGE (dados básicos)

As restrições de tempo e recursos humanos para a realização da pesquisa foram consideradas no dimensionamento da amostra. Devido às limitações, fixou-se em 29 o número de setores censitários, sendo, aproximadamente, três setores para cada entrevistador. Logo, o tamanho da amostra do primeiro estágio foi de 29 setores censitários, selecionados a partir de 333 setores que compuseram a população alvo da pesquisa.

A distribuição dos setores da população nos três estratos ocorreu segundo caracterização por rendimento médio mensal e número médio de anos de estudo do responsável pelo domicílio. Assim a alocação da amostra de setores dentro dos estratos foi feita proporcional ao tamanho dos mesmos.

Para cada um dos setores censitários selecionados no primeiro estágio foi feita a listagem durante o trabalho de campo, com o objetivo de atualizar o cadastro de domicílios particulares permanentes

ocupados e/ou improvisados. A necessidade de atualização do cadastro justifica-se para que não haja perda de informação, decorrente do domicílio selecionado não pertencer ao âmbito da pesquisa (uso ocasional, vago, uso comercial etc). A partir dessa listagem foram selecionados domicílios particulares permanentes ocupados e improvisados que foram pesquisados em cada um dos setores selecionados no primeiro estágio.

A seleção dos domicílios foi realizada por amostragem aleatória simples sem reposição. Após o processo da listagem para cada um dos 29 setores selecionados no primeiro estágio, selecionou-se aleatoriamente 812 domicílios a serem pesquisados. Destes, um total de 654 domicílios foram efetivamente pesquisados na área de abrangência da pesquisa.

1.5. Fator de expansão

Nas pesquisas por amostragem probabilística, cada unidade amostral escolhida no processo de seleção tem como objetivo representar a si mesma e a outras unidades que não foram selecionadas. Desta forma, para cada unidade amostral foi atribuído um fator de expansão definido como PESO, que permite estimar os resultados para toda a população.

O peso para expansão da amostra é definido como o inverso da probabilidade de inclusão de cada unidade selecionada, ou seja, probabilidade de seleção do setor e probabilidade de seleção do domicílio. Assim, o peso final é definido pelo produto do inverso destas probabilidades.

Os pesos efetivamente utilizados para a expansão dos dados da amostra necessitaram de ajustes para compensar a perda de informações (ajuste de não resposta). Este procedimento foi necessário em razão da existência de entrevistas parcialmente realizadas ou entrevistas não realizadas, por recusa ou por domicílio fechado, conforme a situação final de entrevista para cada domicílio ou pessoa selecionada (ver Quadro 1).

Quadro 1: Situação final de entrevista – cidade de Porto Velho – setembro de 2009

| Situação | Número de domicílios |
|--|----------------------|
| Entrevistas realizadas | 654 |
| Domicílios fechados | 75 |
| Recusas (falta de tempo ou disposição para a resposta) | 51 |
| Domicílios não identificados em campo | 27 |
| Domicílios vagos na data da pesquisa | 3 |
| Outros motivos | 2 |
| Total de domicílios selecionados | 812 |

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

O peso w_{hi} dos domicílios do setor i , do estrato h é dado pela fórmula:

$$w_{hi} = (1/m_h) * (N_h/N_{hi}) * (N_{hi}^*/n_{hi}) * (n_{hi}^*/n_{hi}^{**}) \quad (1)$$

onde,

N_{hi} = Total de domicílios no setor i do estrato h

N_h = Total de domicílios na população do estrato h

m_h = Tamanho da amostra de setores dentro do estrato h

N_{hi}^* = Total de domicílios na população do setor i do estrato h

n_{hi} = Total de domicílios na amostra do setor i do estrato h

n_{hi}^{**} = Total de entrevistas realizadas e não realizadas dentro do âmbito (inclui todas as categorias do Quadro 1)

n_{hi}^{**} = Total de entrevistas efetivamente realizadas

Assim, com base nos resultados do Quadro 1 e utilizando a fórmula (1), calcularam-se os pesos, cuja estatística descritiva é apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 – Estatística descritiva dos pesos de domicílios por setor

| Estatística descritiva | Peso de domicílio |
|------------------------|-------------------|
| Mínimo | 57 |
| 1º Quartil | 84 |
| Mediana | 122 |
| 3º Quartil | 146 |
| Máximo | 585 |
| Média | 139 |

Pode-se observar que, dependendo do setor selecionado, no mínimo um domicílio representa 57 domicílios da população e no máximo 585 domicílios. Na média, cada domicílio da amostra representa 139 domicílios da população.

1.6. Estimadores de totais

Considerando o desenho amostral proposto e a estratificação especificada, um estimador não tendencioso para o total de uma característica y , de domicílio, é dado pela expressão:

$$\hat{Y}_d = \sum_{h=1}^3 \sum_{i=1}^{m_h} \sum_{j=1}^{n_{hij}^{**}} w_{hij}^{d*} y_{hij} \quad (2)$$

onde:

y_{hij} é o valor da variável de interesse y para o domicílio selecionado j do setor i no estrato h ;

1.7. Resultados para a população total

Os resultados referentes ao número de domicílios particulares permanentes, população residente e média de moradores por domicílio constituem o principal objetivo do trabalho, apresentando os intervalos de confiança apresentados a seguir.

▪ Número total de domicílios

Aplicando-se os pesos relativos para os domicílios pesquisados o número estimado de domicílios para a cidade de Porto Velho em 2009 era de 90.682 domicílios. O intervalo de confiança para esta estimativa varia de um mínimo de 86.429 domicílios a um máximo de 94.935 domicílios, com 95% de probabilidade.

▪ População residente

O intervalo de confiança com 95% de probabilidade para a população residente, estimada em 369.246 pessoas é de um mínimo de 360.564 a um máximo de 377.903 habitantes.

- **Número médio de pessoas por domicílio**

Para o número médio de pessoas por domicílio, estimado em 4,07, o intervalo de confiança da amostra selecionada é de mínimo igual a 3,92 pessoas e máximo de 4,21.

Uma análise detalhada dos resultados obtidos é apresentada nos capítulos a seguir.

2. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

As informações sobre população residente foram levantadas nos 654 domicílios pesquisados através do preenchimento de um quadro onde se solicitava o nome do morador, a posição no domicílio – responsável, cônjuge, filhos e outras categorias, o sexo, a idade, o local de nascimento, o último local de moradia (procedência) e o ano em que se mudou para Porto Velho. Incluíram-se também no quadro informações sobre a frequência à escola, a escolaridade e a posição no trabalho.

2.1. População total estimada

Conforme mostrado no relatório inicial, a população de Porto Velho considerada na pesquisa é maior que a população classificada como urbana pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em função da inclusão de setores censitários localizados fora do perímetro urbano legal e classificados como área rural de extensão urbana. Segundo o critério adotado, a população total da cidade de Porto Velho identificada na Contagem de População 2007 era de 328.665 habitantes, sendo que destes, 325.970 residiam em domicílios particulares permanentes ou improvisados. O resultado da pesquisa para 2009 mostra um crescimento significativo no intervalo de dois anos considerados com a população elevando-se para 369.246 habitantes, conforme mostrado na Tabela 2. As taxas médias anuais de crescimento verificadas para a população variam entre um mínimo de 5,18% ao ano a um máximo de 7,67% ao ano, sendo o valor médio estimado igual a 6,43%.

Tabela 2 – Número de domicílios particulares permanentes e improvisados e população residente na cidade de Porto Velho – 2000, 2007 e 2009

| Ano Estimativa | Domicílios | População residente | Intervalo | Taxa de crescimento | |
|-----------------|------------|---------------------|-------------|---------------------|-----------|
| | | | | Domicílios | População |
| 2000 | 77.021 | 304.422 | ... | ... | |
| 2007 | 91.049 | 325.970 | 2000 a 2007 | 2,42 | 0,98 |
| 2009 | | | | | |
| Valor estimado | 90.682 | 369.246 | 2007 a 2009 | -0,20 | 6,43 |
| Limite inferior | 86.429 | 360.594 | 2008 a 2009 | -2,57 | 5,18 |
| Limite superior | 94.935 | 377.903 | 2009 a 2009 | 2,11 | 7,67 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Contagem de População 2007, Resultados do Universo

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

Conforme pode ser verificado na tabela, o número total de domicílios estimados, igual a 90.682, situa-se ligeiramente abaixo daquele levantado em 2007 pelo IBGE. Existe, contudo, a possibilidade de que este número seja maior que o estimado, já que o intervalo de confiança se estende até o total de 94.935 domicílios, resultado que indicaria uma taxa de crescimento média no período positiva e igual a 2,11% ao ano. O crescimento bem mais significativo da população, deve-se a um aumento no número médio de residentes por domicílio que, de um valor igual a 3,58 em 2007 passa para uma média estimada em 4,07 no ano de 2009 (o intervalo de confiança para esta média foi estimado entre 3,93 e 4,21), indicando, certamente, uma alteração neste parâmetro. Há, portanto, uma indicação clara que o crescimento da cidade se deu em grande parte pelo adensamento das moradias, e menos por ocupação de novas moradias na cidade.

2.2. Componentes do crescimento populacional

Para que os dois componentes da expansão demográfica possam ser desmembrados, ou seja, o crescimento natural – nascimentos menos mortes – e o componente migratório – chegada menos a saída de moradores – é necessário ter-se a estimativa das taxas de mortalidade e natalidade que se baseiam em geral nas estatísticas vitais, ou seja, registro civil de nascimentos e mortes. Na pesquisa realizada foram também levantadas informações sobre o número de filhos das mulheres com idade igual ou superior a 15 anos conforme mostrado a seguir.

▪ Fecundidade

A Taxa de Fecundidade Total corresponde ao número médio de filhos que as mulheres teriam ao fim de seu ciclo reprodutivo. O método utilizado para o cálculo da fecundidade corresponde ao método P/F de Brass (1973), que visa corrigir o padrão e nível da fecundidade por meio de informações sobre filhos nascidos vivos e filhos sobreviventes. As informações sobre o número de mulheres, número de filhos nascidos vivos nos últimos 12 meses e número de filhos tidos coletados na pesquisa realizada são mostradas na Tabela 3. O total de informações ignoradas, nesta como em outras tabelas apresentadas neste documento, foi distribuído entre os grupos etários por meio de uma distribuição pró-rata, em que cada grupo etário recebe um peso equivalente à proporção de eventos informados.

Tabela 3 - Distribuição de eventos para o cálculo da mortalidade infanto-juvenil – cidade de Porto Velho, 2009

| Grupo etário da mãe (i) | Ponto médio (a) | Número de mulheres | Filhos nascidos vivos | | |
|-------------------------|-----------------|--------------------|-----------------------|-------------------------|---------------|
| | | | Total | Ano anterior à pesquisa | Sobreviventes |
| 15-19 | 17,5 | 18.659 | 2.677 | 838 | 2.677 |
| 20-24 | 22,5 | 20.219 | 16.378 | 2.766 | 16.293 |
| 25-29 | 27,5 | 16.231 | 20.333 | 2.324 | 19.980 |
| 30-34 | 32,5 | 15.801 | 28.149 | 1.797 | 27.921 |
| 35-39 | 37,5 | 13.345 | 33.356 | 223 | 32.062 |
| 40-44 | 42,5 | 13.507 | 33.273 | 352 | 32.405 |
| 45-49 | 47,5 | 10.507 | 33.509 | 0 | 31.889 |
| 50-54 | 52,5 | 9.473 | 29.387 | 0 | 27.567 |
| 55-59 | 57,5 | 6.240 | 23.612 | 0 | 21.400 |
| 60-64 | 62,5 | 4.247 | 22.869 | 0 | 21.197 |
| 65-69 | 67,5 | 4.398 | 32.369 | 0 | 26.375 |
| 70 + | | | 51.849 | 0 | 41.908 |
| Total | | 132.628 | 327.760 | 8.300 | 301.675 |

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

A Taxa de Fecundidade Total observada, que era de 2,41 filhos por mulher, após a correção pelo método de Brass foi estimada em 3,15 filhos. O padrão etário da fecundidade é relativamente jovem, e concentrado nas idades de 20 a 24 e 25 a 29 anos. Isso é refletido na idade média à fecundidade, ou seja, a idade hipotética em que as mulheres teriam todos os seus filhos. A idade média à fecundidade estimada para a cidade de Porto Velho foi 27 anos.

A Taxa Bruta de Natalidade, que corresponde à razão entre o total de nascidos vivos no ano corrente sobre o total da população no mesmo período, foi estimada em 22,48 nascimentos por mil habitantes (TBN = Número de nascimentos/População total*1000).

- **Mortalidade**

Para o cálculo da mortalidade foram utilizados dois tipos de técnicas indiretas, uma para o cálculo da mortalidade infanto-juvenil e outra para o cálculo da mortalidade adulta. A mortalidade infanto-juvenil foi calculada a partir de informações sobre a história de nascimento dos filhos (Tabela 3). A mortalidade adulta foi estimada a partir da correção do sub-registro das informações do registro civil para o ano de 2008, último período com informações sobre mortes disponíveis no Sistema de Informações de Mortalidade do Datasus. O sub-registro permite conhecer as deficiências nas informações coletadas em uma dada localidade. O método utilizado para a correção do sub-registro corresponde à técnica de Preston e Coale (Nações Unidas, 1986), por ser pouco sensível a variações na tendência histórica da mortalidade.

Pela técnica da mortalidade infanto-juvenil o sub-registro de mortes calculado para a população adulta foi de 29%. Após a estimação do sub-registro, as taxas de mortalidade em todos os grupos etários foram corrigidas, gerando os parâmetros de interesse da tábua de vida para a população adulta, como a Taxa Bruta de Mortalidade, estimada em 6,92 mortes por mil habitantes (TBM = Número de óbitos/População total*1000).

- **Taxa de Crescimento Natural**

A Taxa de Crescimento Natural da população é dada pela diferença entre a natalidade e a mortalidade através da seguinte fórmula: $TCN = (TBN - TBM)/10$. Assim, para a cidade de Porto Velho a taxa é estimada pela fórmula $((22,48 - 6,92)/10)$, que tem como resultado um valor igual a 1,556% ao ano.

- **Saldo Líquido Migratório**

O Saldo Líquido Migratório é calculado pela diferença entre a população esperada – que é a população sobrevivente entre o início e o final de um período, calculada pela taxa de crescimento natural – e a população recenseada ao final do intervalo. Desta forma, sabendo-se a população de 2000 e a taxa de crescimento natural estimada para o intervalo – na suposição de que a calculada para 2009 esteja próxima à observada nos anos 2000 - tem-se a população esperada em 2.007. Comparando-se essa população esperada com o resultado da Contagem de População tem-se o saldo líquido migratório entre 2000 e 2007.

Vê-se pela Tabela 4 que ao supor-se um crescimento natural para a cidade de Porto Velho igual a 1,556% ao ano, tem-se em 2007 um Saldo Líquido Migratório negativo. Ou seja, o número de pessoas que transferiram sua residência da cidade de Porto Velho para outras regiões entre 2000 e 2007 foi maior do que o das pessoas que passaram a morar em Porto Velho procedentes de outros lugares.

A tabela mostra também que entre 2007 e 2009 há uma inversão de tendência, com a cidade apresentando um Saldo Líquido Migratório positivo e igual a 33.053 pessoas. Observa-se que esta estimativa está associada não só ao número de pessoas que se dirigiram para Porto Velho, mas também ao daquelas que poderiam ter se transferido para outras regiões, mas que resolveram permanecer na cidade, elevando assim a estimativa do Saldo Líquido Migratório. Este resultado explica também a elevação do número médio de pessoas por domicílio em 2009 em comparação com 2007.

A Taxa Líquida de Migração, também mostrada na Tabela 4 traduz a representatividade do saldo migratório na população total (na metade do intervalo considerado). Entre 2000 e 2007 as perdas líquidas de Porto Velho representaram 4,2% da população total da cidade, enquanto os ganhos entre 2007 e 2009 foram estimados em 9,5% deste total.

Tabela 4 - Estimativa dos Saldos Líquidos Migratórios – cidade de Porto Velho, 2000 a 2007 e 2007 a 2009

| Discriminação | 2000 | 2007 | 2009 |
|---|---------|---------|---------|
| A - População recenseada ou estimada (A) | 304.422 | 325.970 | 369.246 |
| B - População esperada pelo crescimento natural $((1,01556)^n)$ | ... | 339.168 | 336.193 |
| C – SLM - Saldo Líquido Migratório (A-B) | | -13.198 | 33.053 |
| D – TLM - Taxa Líquida de Migração (SLM/população média)*100 | ... | -4,19% | 9,51% |

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

2.3. Composição das famílias

Os principais componentes da grande maioria das famílias são os pais – em geral os responsáveis pelos domicílios e seus cônjuges – e os filhos. Conforme não poderia deixar de ser, estes grupos representaram uma significativa proporção da população da cidade de Porto Velho nos três anos considerados. Em termos de representatividade na população total, contudo, verifica-se uma queda sistemática no período, com valor igual a 87,62% do total em 2000, caindo para 85,50% em 2007, e para 79,99% em 2009.

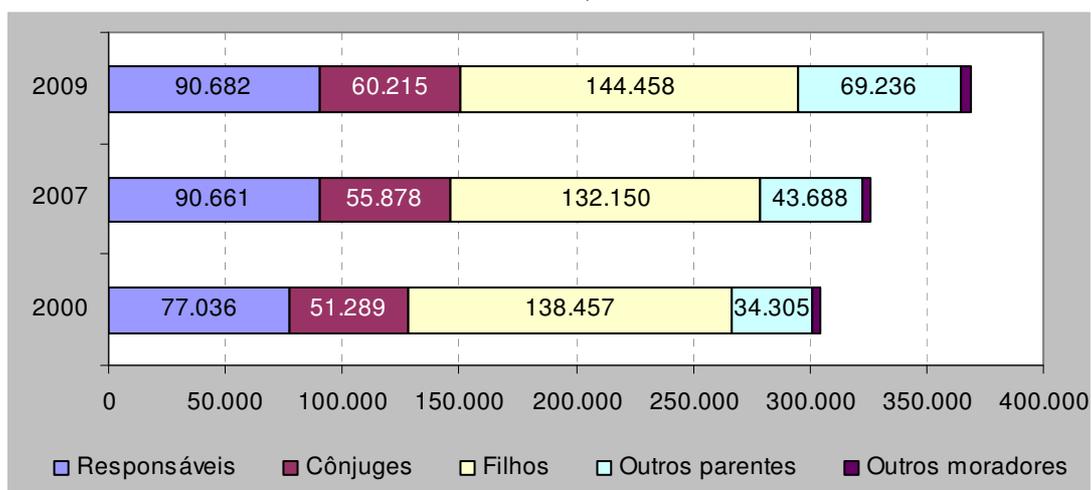
A causa principal da grande variação no período 2007 a 2009, conforme mostrado na Tabela 5 e no Gráfico 2, é a expressiva expansão do grupo de moradores classificados como outros parentes e outros moradores, cuja taxa média anual de crescimento foi, respectivamente, 25,89% e 13,83% ao ano. Esse resultado está de acordo com o aumento verificado no número médio de moradores por domicílio, mostrado anteriormente para o total da população.

Tabela 5 – População residente segundo a relação do morador com o responsável pelo domicílio – cidade de Porto Velho – 2000, 2007 e 2009

| Relação com o responsável pelo domicílio | População (habitantes) - Ano | | | Taxa média de crescimento (% ao ano) | |
|--|------------------------------|---------|---------|--------------------------------------|-------------|
| | 2000 | 2007 | 2009 | 2000 a 2007 | 2007 a 2009 |
| Responsáveis | 77.036 | 90.661 | 90.682 | 2,35 | 0,01 |
| Cônjuges | 51.289 | 55.878 | 60.215 | 1,23 | 3,81 |
| Filhos | 138.457 | 132.150 | 144.458 | -0,66 | 4,55 |
| Outros parentes | 34.305 | 43.688 | 69.236 | 3,51 | 25,89 |
| Outros moradores | 3.394 | 3.593 | 4.656 | 0,82 | 13,83 |
| Total | 304.481 | 325.970 | 369.246 | 0,98 | 6,43 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Contagem de População 2007
Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

Gráfico 2 – Distribuição da população segundo a relação com o responsável pelo domicílio – cidade de Porto Velho – 2000, 2007 e 2009



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Contagem de População 2007
Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

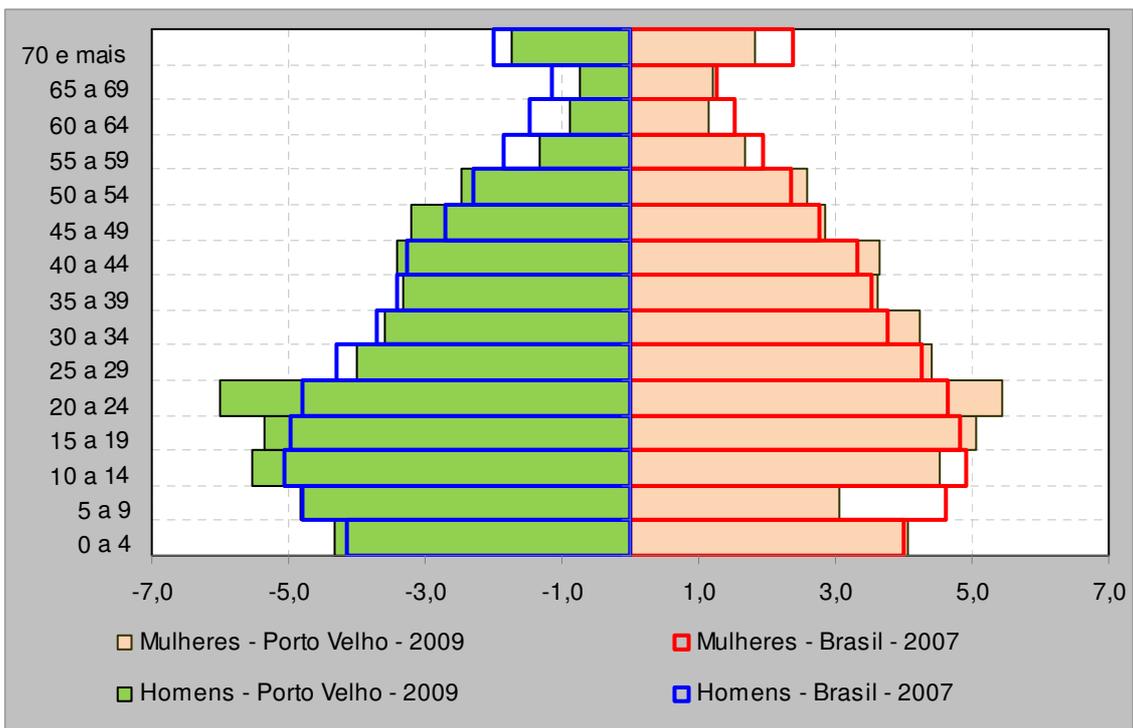
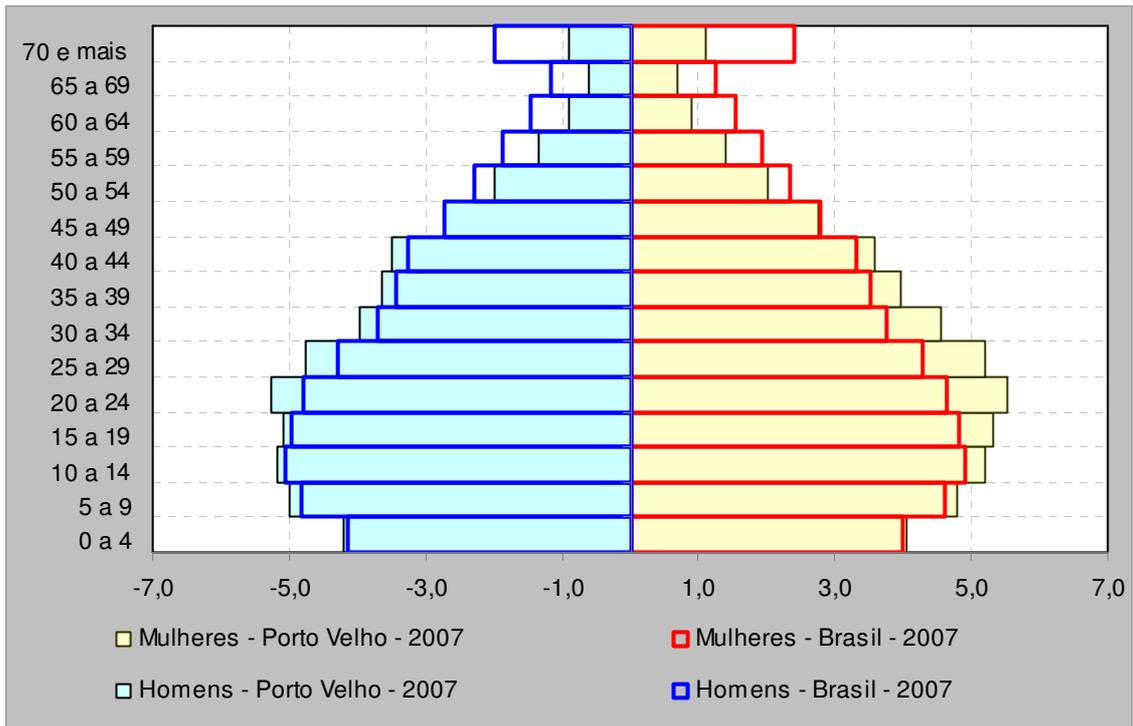
2.4. Distribuição da população segundo o sexo e a idade

A distribuição etária de uma população obtida através de dados de pesquisa amostral freqüentemente apresenta problemas em função das várias desagregações necessárias de um resultado para o qual já se prevê a existência de erros amostrais. É, portanto, bem maior a possibilidade de distorções nas faixas etárias e por sexo. Apesar desta limitação, decidiu-se por apresentar o resultado encontrado na pesquisa desenvolvida na cidade de Porto Velho em setembro de 2009.

Em 2007, conforme mostrado no Gráfico 3, já se verificava em Porto Velho uma proporção maior de pessoas entre 20 e 45 anos na população total, principalmente do sexo feminino, resultado associado tanto ao recebimento de fluxos migratórios quanto a maiores fecundidades de anos anteriores da população local em comparação com a da população brasileira (que é colocada como referência por ser pouco afetada pelas distorções causadas por fluxos migratórios internacionais).

Em 2009 a população total da cidade de Porto Velho, estimada em 369.246 pessoas, era composta por 187.136 homens (50,7% do total) e 182.110 mulheres (49,3%). A distribuição desta população, segundo o sexo e a faixa etária é mostrada no Gráfico 3. O único problema de representatividade encontrado, sem qualquer explicação conhecida, é o da população feminina na faixa etária cinco a nove anos, cuja estimativa foi bem menor que a da população masculina no mesmo grupo de idade. Observa-se também uma representatividade menor do que a esperada da população masculina com idade entre 25 a 29 anos, uma vez que este grupo populacional é aquele com maior possibilidade de ser atraído pelos empregos gerados na construção das usinas hidrelétricas. Aparentemente, o grupo etário com maior concentração de migrantes em Porto Velho é o de 20 a 24 anos, tanto para a população masculina como a feminina. Nos outros grupos etários apresentados no gráfico pode-se visualizar um relativo equilíbrio na distribuição populacional, indicando participação significativa da migração familiar nos movimentos migratórios em direção à cidade de Porto Velho. Esta suposição poderá ser mais bem analisada na caracterização da população migrante que será apresentada posteriormente.

Gráfico 3 – Distribuição etária e por sexo - Brasil 2000 e cidade de Porto Velho 2007



Fonte: IBGE, PNAD 2007 (dados básicos) e Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

2.5. Fluxos migratórios

O migrante definido pela Contagem de População 2007 referia-se às pessoas residentes em um município diferente daquele onde moravam no ano do Censo Demográfico 2000. Assim, esses migrantes possuíam até sete anos de residência na época do levantamento.

Conforme apresentado em documento anterior, “tinha-se em Porto Velho, em 2007, um total de 20.401 migrantes que representavam 6,2% da população total da cidade” (Relatório Inicial). Em 2009 o número de pessoas que chegaram à cidade de Porto Velho nos últimos sete anos (a partir da declaração de chegada no ano de 2003) foi estimado em 38.194, um contingente que representava 10,34% da população total estimada para a cidade, indicando um aumento significativo nos fluxos migratórios. A distribuição da população estimada para Porto Velho em 2009 segundo o status migratório é mostrada na Tabela 6 e no Gráfico 4. Pode-se verificar, em primeiro lugar, que o maior fluxo migratório em direção a Porto Velho ocorreu na década de 1980, época em que ocorreu a criação do estado de Rondônia e a exploração do garimpo de ouro no rio Madeira era intensa. O ritmo de queda no contingente de migrantes que se dirige para a cidade começa a ocorrer já na década de 1990, com tendência de continuar na década seguinte (até 2008 tinha-se uma média próxima a cinco mil pessoas/ano).

Tabela 6 – População residente segundo o status migratório – cidade de Porto Velho – 2009

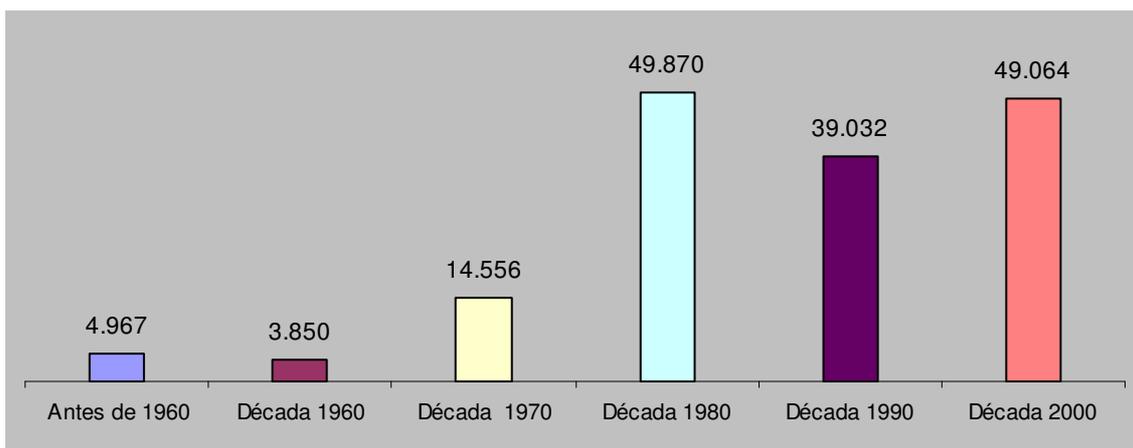
| Status migratório | População residente – Número de habitantes | |
|--|--|--------|
| | Absoluto | % |
| Nascidos em outros municípios ou nascidos em Porto Velho que já moraram fora da cidade | | |
| Ano que migrou ou retornou para a cidade: | | |
| Antes de 1960 | 4.967 | 1,35 |
| Década de 1960 | 3.850 | 1,04 |
| Década de 1970 | 14.556 | 3,94 |
| Década de 1980 | 49.870 | 13,51 |
| Década de 1990 | 39.032 | 10,57 |
| 2000 a 2002 | 11.234 | 3,04 |
| 2003 a 2007 | 17.296 | 4,68 |
| 2008 | 5.067 | 1,37 |
| 2009 | 15.467 | 4,19 |
| Subtotal de migrantes | 161.338 | 43,69 |
| Nascidos no município de Porto Velho | | |
| Nascidos na área rural ou outros distritos - Ano que migrou para a cidade | | |
| Antes de 2000 | 13.528 | 3,66 |
| 2000 e 2007 | 6.303 | 1,71 |
| 2008 | 624 | 0,17 |
| 2009 | 538 | 0,15 |
| Subtotal | 20.993 | 5,69 |
| Nunca moraram em outro local | 186.915 | 50,62 |
| Subtotal | 207.908 | 56,31 |
| População total | 369.246 | 100,00 |

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

A atração de migrantes ocorrida no último ano de 2009 altera de forma significativa a dinâmica de crescimento demográfico da cidade, com o número de pessoas atraídas para Porto Velho sendo

estimado em 15.467 entre janeiro e setembro de 2009, conforme mostrado na tabela. Pode ser visto no gráfico que o número de migrantes estimados para a atual década – 49.064 pessoas - é um pouco inferior ao de pessoas chegadas na década de 1980 e que permaneceram em Porto Velho até 2009 ou que sobreviveram até este ano. O contingente migratório na década de 1980 era certamente bem superior a este número, já que os entrevistados em 2009 são remanescentes do fluxo migratório total daquela década, após mais de 20 anos de residência em Porto Velho (não voltaram a sua origem, não se transferiram para outros locais, nem morreram).

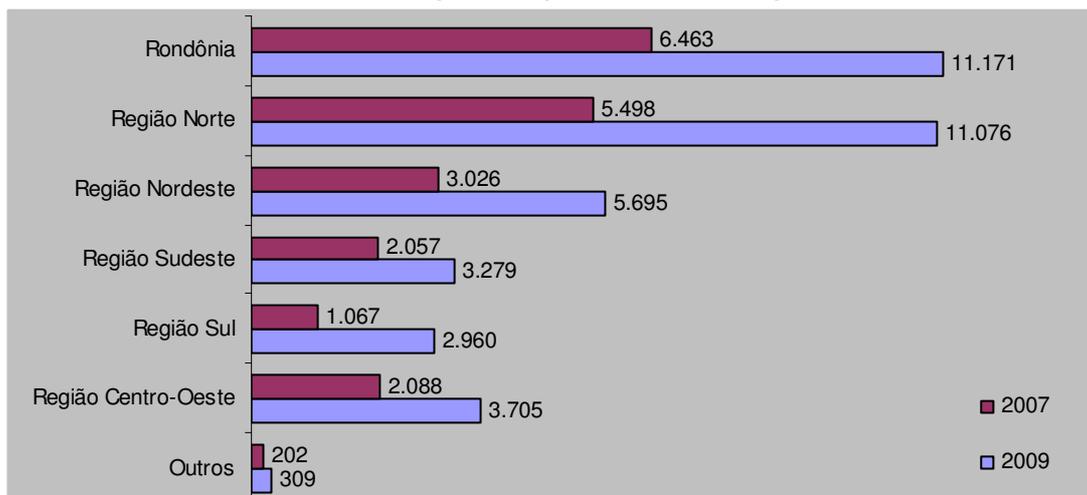
Gráfico 4 – Distribuição dos migrantes segundo o ano em que se transferiram para a cidade Porto Velho, 2009



Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

A origem dos migrantes que chegaram a Porto Velho nos últimos sete anos, comparados aos que chegaram entre 2000 e 2007 é mostrada no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Distribuição da população migrante segundo o local de origem – Porto Velho – 2007 e 2009



Fonte: IBGE, Contagem de População 2007 (dados básicos)
Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

Nos dois levantamentos considerados predominam aqueles que vieram de outros municípios do estado de Rondônia, que responderam por 31,7% do total em 2007, participação que cai para 29,2% em 2009.

O segundo local de origem em importância é a Região Norte, com participação crescente, passando de 26,9% para 29,2% do total. Além do próprio estado de Rondônia, destacam-se o Amazonas, Acre e Maranhão como origem dos migrantes nos dois anos considerados. Entre os municípios de Rondônia, o maior contingente de migrantes é procedente de Guajará-Mirim (estimados em 3.074), Ji-Paraná (1.320), Jaru (954), Vilhena (928), Cacoal (904) e Ariquemes (859).

2.6. A migração nos anos 2008 e 2009

Neste item são apresentadas algumas características da população que migrou para Porto Velho nos últimos dois anos, tanto procedentes de outros municípios e estados como do próprio município de Porto Velho - área rural e sedes distritais. Quando possível, as informações são comparadas com outras procedentes do Censo Demográfico 2000 ou outras fontes.

▪ Sexo e Idade

A distribuição da população total segundo o status migratório, sexo e idade é mostrada no Gráfico 6. As observações que podem ser feitas através da análise dos dados são as seguintes:

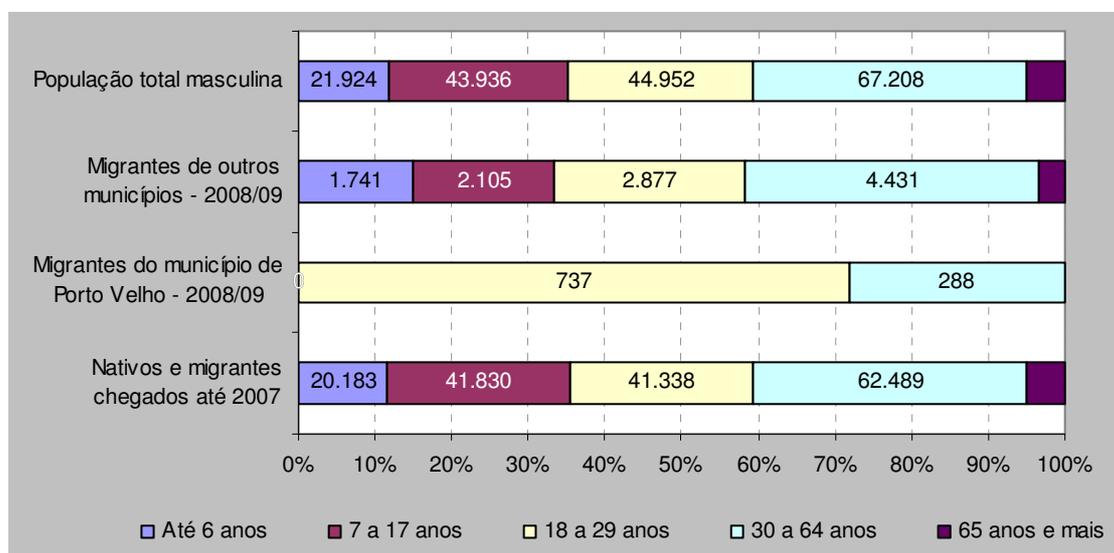
- O número total de homens estimados para a cidade de Porto Velho, igual a 187.136, é 2,76% superior ao de mulheres, estimado em 182.110. Na população dos migrantes recentes procedentes de fora de Porto Velho – chegados a partir de 2008 - foram estimados 11.544 homens e 8.990 mulheres, com uma diferença de 28,4% a mais de homens. Os migrantes recentes procedentes da área rural ou sedes de distritos de Porto Velho se distribuem entre 1.025 homens e 137 mulheres, sendo o primeiro número 7,5 vezes superior ao segundo. A população que já residia em Porto Velho em 2007 foi estimada pela pesquisa em 174.567 homens e 172.984 mulheres. Em resumo, tem-se em todos os grupos uma razão entre homens e mulheres superior a um, ou seja, maior número de homens que de mulheres¹;
- A razão de masculinidade, número de homens/número de mulheres, é maior para as pessoas mais jovens, com idade inferior a 18 anos, principalmente entre a população migrante que chegou à cidade de Porto Velho entre 2008 e 2009. Para este contingente populacional tem-se em todos os grupos etários superioridade da população masculina. Para os nativos e migrantes chegados até 2007, o número de mulheres passa a ser maior que o de homens (e a razão de masculinidade inferior a um) a partir dos 18 anos de idade;
- Em relação aos grupos de idade, pode-se observar entre os migrantes recentes do sexo masculino uma distribuição pouco diferenciada daquela verificada para a população total da cidade. Tem-se para os migrantes uma proporção um pouco superior de homens entre 30 a 64 anos (38,4% entre os migrantes e 35,9% na população total da cidade) e inferior tanto nas faixas etárias mais jovens (33,3% entre os migrantes e 35,2% na população total) como nas mais velhas (3,4% e 4,9%, respectivamente para os migrantes e o total). Estas diferenças, contudo, podem desaparecer quando se considera os intervalos de confiança para estas proporções (as diferenças são menores que o erro de estimativa, estimado em 3,5%);
- A distribuição por grupos de idades da população feminina, por outro lado, apresenta para os migrantes recentes procedentes de outros municípios uma concentração significativamente maior na faixa etária de atividade econômica mais intensa – 30 a 59 anos - igual a 46,2% contra 37,7%

¹ Razão de Sexo - razão entre o número de homens e o número de mulheres em uma população (IBGE)

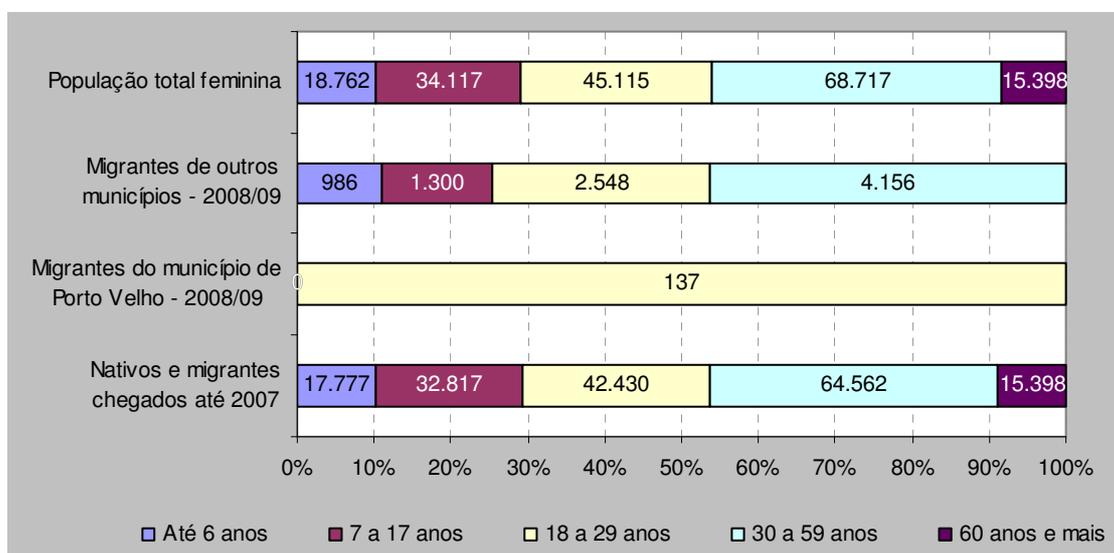
para a população total. As mulheres procedentes de outros locais do município de Porto Velho encontram-se todas no grupo etário 18 a 29 anos.

Gráfico 6 – Distribuição da população estimada segundo o estrato migratório, sexo e idade - Cidade de Porto Velho, 2009

Homens



Mulheres



Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

Como conclusão desse conjunto de resultados, tem-se uma indicação de migração do tipo familiar entre os migrantes recentes procedentes de outros municípios, não se verificando uma concentração expressiva na faixa etária de atividade econômica mais intensa (30 a 59 anos para as mulheres e 30 a 64 anos para os homens). Para os migrantes procedentes do próprio município de Porto Velho, que são em número bem menos significativo, predominam os homens, em geral, e as mulheres no grupo de idade 18 a 29 anos, o que faz supor predomínio do movimento migratório individual.

▪ Taxa de escolarização² e escolaridade

A subdivisão da população total da cidade de Porto Velho entre os que estudam e os que não estão estudando, seja porque se encontram abaixo da idade escolar ou porque já deixaram a escola, é mostrada no Gráfico 7. Ao todo o número de estudantes estimados foi de 131.635 pessoas. É interessante observar que cada grupo populacional apresenta uma distribuição diferenciada entre os dois componentes considerados.

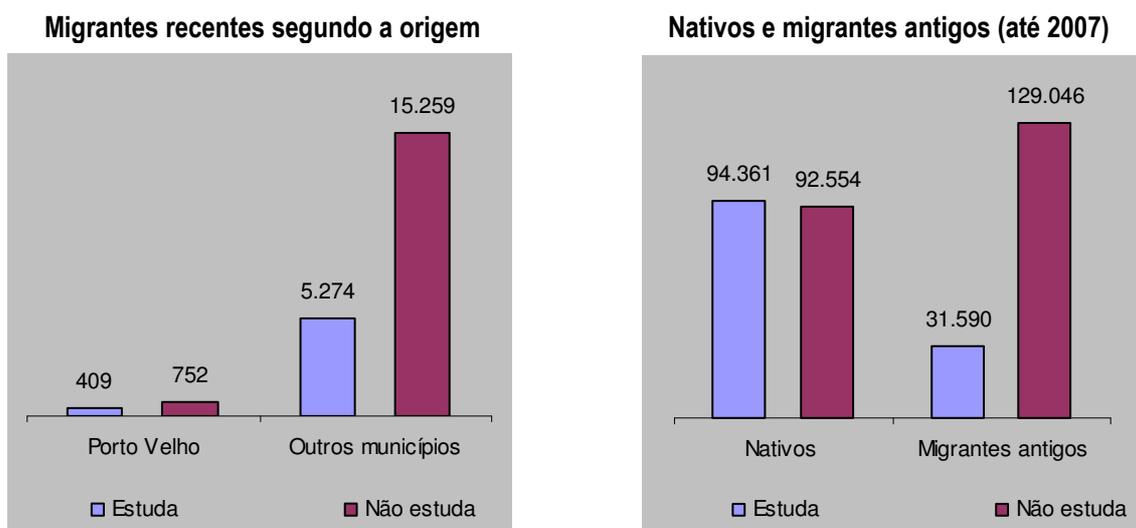
Pode-se verificar que na população de migrantes recentes, os procedentes de outros municípios apresentam uma taxa de escolarização relativamente pequena (25,7%), superior apenas à verificada entre os migrantes antigos – chegados a Porto Velho antes de 2008 - dos quais somente 19,7% estão na escola. A maior proporção de estudantes é verificada entre os nascidos em Porto Velho que apresentam uma taxa de frequência à escola igual a 50,5% do total. Para a população total a percentagem de estudantes foi estimada em 35,6%.

O grau de escolaridade dos quatro grupos populacionais considerados no status migratório é apresentado na Tabela 7, a seguir. Os resultados mostram que:

- A distribuição dos nativos que estão estudando entre os vários graus de ensino segue o padrão usual da população brasileira, mostrando a evasão escolar ao longo do tempo: tem-se um número maior de estudantes até a quarta série do primeiro grau, diminuindo nas quatro séries seguintes e reduzindo mais ainda nos segundo e terceiro graus de ensino;
- Os migrantes mais antigos, chegados até 2007 que ainda se encontram na escola, concentram-se nos cursos do ensino superior, provavelmente voltando à escola após alguns anos ou complementando os estudos após o movimento migratório. São poucos os que freqüentam as primeiras quatro séries do primeiro grau;
- A população migrante procedente da área rural ou sedes de distritos de Porto Velho e que ainda permanecem na escola concentra-se nas quatro últimas séries do primeiro grau, com um número menos significativo de pessoas no ensino de segundo grau;
- Os migrantes procedentes de outros municípios que ainda estão na escola apresentam uma distribuição similar àquela da população nativa (resultado que não surpreende em função da grande significância da migração familiar, conforme será visto a seguir), com uma concentração maior que aquela população dos que freqüentam a universidade;
- Entre os que já deixaram a escola, o principal estrato em todos os grupos populacionais é o dos que ingressaram no curso de segundo grau, a maioria concluindo este nível de ensino (43,1% entre os nativos, 93,0% entre os migrantes antigos, 86,5% para os originários do interior do município de Porto Velho e 84,6% para os migrantes de outros municípios). Nos outros níveis de ensino a distribuição é bastante similar, destacando uma percentagem um pouco maior de migrantes antigos que nunca estudaram.

² Taxa de escolarização - percentagem dos estudantes de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário

Gráfico 7 – Distribuição da população segundo o status migratório e a freqüência à escola, Cidade de Porto Velho, setembro de 2009



Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

Tabela 7 – Distribuição da população segundo o status migratório, a freqüência à escola e a escolaridade, cidade de Porto Velho, setembro de 2009

| Escolaridade | Nativos | Migrantes até 2007 | Migrantes recentes procedentes de: | |
|--|----------------|--------------------|------------------------------------|-------------------|
| | | | Porto Velho | Outros municípios |
| Estão estudando – Série e/ou grau: | | | | |
| Até 4ª série do primeiro grau | 32.333 | 2.266 | 0 | 2.040 |
| 5ª a 8ª séries do primeiro grau | 27.585 | 7.937 | 288 | 1.262 |
| 1ª a 3ª séries do segundo grau | 16.557 | 6.964 | 122 | 914 |
| Curso superior e pós-graduação | 10.947 | 13.359 | 0 | 978 |
| Pré-escolar e outros | 6.939 | 1.064 | 0 | 81 |
| Subtotal | 94.361 | 31.590 | 409 | 5.274 |
| Não estão estudando – Grau de escolaridade: | | | | |
| Nunca estudou | 1.359 | 10.039 | 0 | 336 |
| Até 4ª série primeiro grau | 6.158 | 22.218 | 0 | 1.432 |
| 5ª a 8ª séries de primeiro grau | 16.917 | 31.040 | 0 | 2.863 |
| 1ª a 3ª séries do segundo grau | 32.121 | 46.344 | 668 | 5.623 |
| Curso superior e pós-graduação | 9.507 | 17.794 | 84 | 1.753 |
| Abaixo da idade escolar e outros | 26.492 | 1.610 | 0 | 3.253 |
| Subtotal | 92.554 | 129.046 | 752 | 15.259 |
| Total | 186.915 | 160.636 | 1.161 | 20.534 |

Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

▪ **Tipo de movimento migratório**

Analisando-se o status migratório de cada componente das famílias pesquisadas foi possível classificar os migrantes que chegaram à cidade de Porto Velho em 2008 ou 2009 segundo o tipo de movimento migratório, se veio acompanhado pela família (ou acompanhando a família) ou se migrou desacompanhado, de forma individual. Em qualquer das duas situações, caso o migrante tenha se instalado em casa de pessoas nativas de Porto Velho ou migrantes mais antigos, considerou-se essa família como apoio para o movimento migratório (independente da pessoa contribuir ou não para a renda familiar). No caso da família ser formada por migrantes e nativos considerou-se o status migratório do responsável pelo domicílio. A Tabela 8 apresenta os resultados obtidos.

Tabela 8 – Migrantes que chegaram em 2008 e 2009 segundo o tipo de movimento migratório, cidade de Porto Velho, setembro de 2009

| Tipo de movimento migratório | Migrantes da área rural e distritos de Porto Velho | | Migrantes de outros municípios | |
|------------------------------|--|-------|--------------------------------|-------|
| | Absoluto | % | Absoluto | % |
| Familiar | | | | |
| Família nuclear | 0 | 0,0 | 7.889 | 38,4 |
| Família convivente | 288 | 24,8 | 6.087 | 29,6 |
| Subtotal | 288 | 24,8 | 13.976 | 68,1 |
| Individual | | | | |
| Autônomo | 250 | 21,5 | 2.585 | 12,6 |
| Apoio famílias migrantes | 624 | 53,7 | 2.747 | 13,4 |
| Apoio famílias nativas | 0 | 0,0 | 1.227 | 6,0 |
| Subtotal | 874 | 75,2 | 6.558 | 31,9 |
| Total | 1.161 | 100,0 | 20.534 | 100,0 |

Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

Pode-se observar, conforme já esperado devido à estrutura etária e por sexo desse contingente de migrantes, que o movimento individual prevalece nas migrações internas ao município de Porto Velho, com a maioria dos migrantes contando com o apoio de outros migrantes, em geral familiares, que já haviam se transferido para a cidade de Porto Velho em anos anteriores.

Entre os migrantes procedentes de outros municípios, ao contrário, prevalece a migração do tipo familiar, apesar do significativo número de migrantes individuais. Entre aqueles que se transferiram com a família - companheiros e filhos ou grupo de irmãos ou outros parentes - tem-se um número pouco mais significativo dos que vieram de forma autônoma, com a família nuclear ocupando uma residência em separado (caso em que podem contar com o apoio de outra família já residente em Porto Velho, sendo este apoio, porém, não captado na pesquisa). É também expressivo o número de famílias que convivem com uma pessoa ou outras famílias nativas ou migrantes mais antigos já instalados em Porto Velho.

▪ **Motivo da migração**

A Tabela 9 mostra as causas que levaram os migrantes recentes a se transferirem para Porto Velho. No questionário utilizado foram apresentadas algumas opções de respostas com o objetivo de assegurar a identificação dos migrantes especificamente atraídos pela geração de oportunidades associadas ao empreendimento. As opções de respostas oferecidas foram:

- 1 – Foi transferido pela firma
- 2 – Veio trabalhar na Usina de Santo Antônio
- 3 – Veio trabalhar em outro projeto. Qual? _____
- 4 – Veio procurar trabalho na Usina de Santo Antônio
- 5 – Veio procurar trabalho em outro projeto. Qual? _____
- 6 – Veio procurar qualquer trabalho
- 7 – Veio com a família
- 8 – Outro motivo. Qual? _____

As respostas obtidas não apresentaram os detalhes esperados, uma vez que foram poucas as pessoas que vieram à procura de trabalho e que souberam nomear o projeto específico. Até mesmo a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, sobre a qual o pesquisador forneceu informações através da entrega de um folheto antes do início da entrevista, foi pouco mencionada pelos entrevistados (podia-se supor que a própria identificação do pesquisador, como a camiseta com logotipo da Santo Antônio Energia, pudesse sugerir a resposta do entrevistado).

Entre os migrantes procedentes da área rural ou sedes de distritos de Porto Velho todos os que vieram com a família apresentaram como causa da migração motivos familiares, entre eles o casamento, fazer companhia a pessoas com problemas de saúde e outros. Entre os migrantes individuais, ao contrário, os motivos econômicos, principalmente a procura de qualquer trabalho, foram os mais mencionados.

Tabela 9 – Migrantes que chegaram em 2008 e 2009 segundo o motivo do movimento migratório, cidade de Porto Velho, setembro de 2009

| Motivo da migração | Migrantes da área rural e distritos de Porto Velho | | Migrantes de outros municípios | |
|--|--|------------|--------------------------------|--------------|
| | Familiar | Individual | Familiar | Individual |
| Trabalhar na UHE Santo Antônio | 0 | 0 | 532 | 0 |
| Trabalhar em outro projeto | 0 | 0 | 1.000 | 283 |
| Transferido pela firma | 0 | 84 | 1.298 | 1.201 |
| Procurar trabalho na UHE Santo Antônio | 0 | 122 | 167 | 0 |
| Procurar trabalho em outro projeto | 0 | 0 | 0 | 985 |
| Procurar qualquer trabalho | 0 | 531 | 1.780 | 724 |
| Estudar | 0 | 0 | 93 | 919 |
| Outros motivos econômicos | 0 | 0 | 551 | 71 |
| Outros motivos familiares | 288 | 137 | 1.085 | 1.861 |
| Acompanhando a família | 0 | 0 | 7.217 | 280 |
| Outros motivos | 0 | 0 | 253 | 0 |
| Sem informação | 0 | 0 | 0 | 234 |
| Total | 288 | 874 | 13.976 | 6.558 |

Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

Metade dos migrantes que vieram com a família procedentes de outros municípios é composta pelos acompanhantes, em geral cônjuges e filhos. O responsável pela família migrante veio em primeiro lugar procurar qualquer trabalho, seguido pelos motivos familiares e em seguida pelo trabalho em outro projeto, a maioria em atividades autônomas ou pequenos empreendimentos, principalmente no comércio e serviços (praticamente não houve respostas associadas a outro grande projeto, a não ser concursados no setor público). Outros motivos econômicos, como “fugir do alto custo de vida em São Paulo” ocupam o quarto lugar, aparecendo o trabalho na Usina Hidrelétrica de Santo Antônio na quinta posição, com um número relativamente pequeno de respostas.

▪ **Atividade econômica**

Os dados sobre a atividade econômica da população residente na cidade de Porto Velho foram obtidos a partir da seleção da resposta, pelo entrevistado, da informação referente ao trabalho de cada um dos moradores no domicílio pesquisado. As opções iniciais para escolha incluíam as duas alternativas para a população economicamente ativa – está trabalhando, ainda que, no momento, esteja em férias ou licenciado, ou está procurando trabalho (desempregado) – e as várias condições de inatividade, ou seja, aposentados, pensionistas, estudantes, donas de casa, crianças, pessoas com problemas de saúde que as impedem de trabalhar, e outras.

No que se refere à população economicamente ativa – ocupados e desempregados – não se colocou nenhuma condição que limitasse a inclusão da pessoa na categoria escolhida, tal como o número de horas trabalhadas ou ações efetivas de procura de emprego. Assim, tanto os ocupados como os desempregados podem abranger um conjunto mais amplo de pessoas que pesquisas destinadas especificamente à análise do mercado de trabalho, como as do IBGE (Pesquisa Mensal de Emprego) ou do DIEESE (Pesquisa de Emprego e Desemprego). Houve referências a uma condição de trabalho temporário definido como “desempregado fazendo biscates” que caracterizaria uma situação de subemprego, não considerada na análise, uma vez que esta não foi uma informação explicitamente investigada na pesquisa. Os resultados encontrados são mostrados na Tabela 10, segundo o status migratório.

Para melhor interpretar as informações obtidas são calculados alguns indicadores que apresentam os seguintes aspectos de interesse:

- A taxa de ocupação ou de emprego – considerada como a proporção da população ocupada na população economicamente ativa – apresenta-se bastante alta para os nativos e migrantes mais antigos, sendo a taxa de desemprego, portanto, relativamente baixa para este contingente populacional (a taxa de desemprego é o complemento da taxa de ocupação, ou seja, proporção de desempregados na população economicamente ativa). Vê-se que o desemprego é maior para os migrantes de uma forma geral, mas principalmente para os procedentes da área rural e distritos de Porto Velho. Esse resultado era de se esperar, uma vez que é explicado pelo tempo necessário para que o migrante seja inserido no mercado de trabalho e já que a maioria dos que se dirigiram a Porto Velho não veio com o emprego assegurado, mas à “procura de qualquer trabalho” como mostrado anteriormente;
- A taxa de atividade considerada – proporção da população economicamente ativa na população em idade ativa, ou seja, com 15 anos ou mais de idade³ - é mais expressiva para os migrantes

³ O conceito usualmente utilizado para a População em Idade Ativa inclui na categoria as crianças entre 10 e 14 anos de idade, apesar da proibição legal para o trabalho infantil. Na pesquisa realizada em Porto Velho somente duas pessoas, uma com 14 anos que trabalhava meio período como babá e outra com 13 que trabalhava como auxiliar de mecânico, também em meio período, responderam que estavam trabalhando à época da pesquisa. Apesar destas pessoas serem incluídas na análise do mercado de trabalho, a ser

procedentes do município de Porto Velho, encontrando-se em níveis semelhantes para os outros grupos populacionais que apresentam uma estrutura por sexo e idade menos concentrada nas idades onde a atividade econômica é mais intensa.

Informações mais detalhadas sobre o mercado de trabalho local para os que trabalham ou procuram trabalho serão apresentadas em análise específica sobre o tema.

Tabela 10 – Condição de trabalho segundo o status migratório, cidade de Porto Velho, setembro de 2009

| Condição de trabalho | Nativos | Migrantes até 2007 | Migrantes recentes procedentes de: | |
|--|---------|--------------------|------------------------------------|-------------------|
| | | | Porto Velho | Outros municípios |
| A - População ocupada | 57.119 | 93.885 | 737 | 7.441 |
| Taxa de emprego (A/C*100) | 85,9 | 90,5 | 63,5 | 70,1 |
| B - População desempregada | 9.372 | 9.803 | 424 | 3.171 |
| Taxa de desemprego (B/C*100) | 14,1 | 9,5 | 36,5 | 29,9 |
| C - População economicamente ativa (A+B) | 66.491 | 103.688 | 1.161 | 10.613 |
| Taxa de atividade ((C/I)*100) | 65,0 | 67,6 | 100,0 | 66,7 |
| D - Aposentados e pensionistas | 2.343 | 19.534 | 0 | 580 |
| E - Donas de casa | 6.886 | 18.724 | 0 | 2.212 |
| F – Estudantes | 23.648 | 9.107 | 0 | 2.420 |
| G - Outras categorias | 2.899 | 2.290 | 0 | 83 |
| H - População não economicamente ativa (D+E+F+G) | 35.776 | 49.656 | 0 | 5.295 |
| Taxa de inatividade (H/I*100) | 35,0 | 32,4 | 0,0 | 33,3 |
| I - População em idade ativa (C+H) | 102.267 | 153.344 | 1.161 | 15.908 |
| J - População com menos de 15 anos | 84.434 | 7.506 | 0 | 4.626 |
| K - População total (I+J) | 186.701 | 160.850 | 1.161 | 20.534 |

Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

apresentada a seguir, elas foram excluídas na força de trabalho analisada neste tópico (e incluídas entre as crianças com até 14 anos de idade).

3. TRABALHO E RENDIMENTO

Esta seção tem como objetivo analisar as características das famílias contempladas pela pesquisa domiciliar no que diz respeito ao trabalho e à renda. Trata-se de prover um retrato inicial da população de Porto Velho a partir da pesquisa domiciliar, a ser atualizado e acompanhado ao longo dos próximos relatórios semestrais e das próximas etapas respectivas da pesquisa. Dentre as 369.246 pessoas que compõem o total da população (a partir da amostra pesquisada expandida), a população economicamente ativa corresponde a 182.096 pessoas, cujas características serão detalhadas abaixo. Em linhas gerais, os dados corroboram o perfil da economia da capital rondoniense, cujo emprego se baseia em grande medida nos serviços urbanos de baixa complexidade e no setor público. A renda obtida com o trabalho se demonstra coerente com este perfil, situando-se em patamares intermediários.

A seção está estruturada em quatro partes: a primeira apresenta as informações referentes às ocupações, seguida da situação ocupacional e dos setores de atividade. Cada um destes temas é analisado a partir de distribuições destas variáveis segundo o sexo, o tempo em que se encontra na mesma atividade, e as faixas de rendimento auferido com o trabalho. Por último, analisam-se as relações entre estas variáveis: o sexo, o rendimento e o tempo de ocupação na mesma atividade.

3.1. Ocupações da população economicamente ativa

Em primeiro lugar são analisadas as ocupações, agregadas em grupos ocupacionais e apresentados segundo o pessoal ocupado e os desempregados. A Tabela 11 abaixo apresenta o total do pessoal por grupo ocupacional. Observa-se uma forte concentração dos trabalhadores ligados ao comércio e aos serviços (37,2% do total de ocupados), que é ainda mais acentuada entre os desempregados (57,7%).

Tabela 11 – Pessoal ocupado e desempregados por grupo ocupacional, cidade de Porto Velho, setembro de 2009

| Grupo ocupacional | Ocupados | Desempregados | Total |
|---|----------|---------------|---------|
| Dirigentes do setor público e privado | 13.896 | 332 | 14.228 |
| Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares | 6.215 | 0 | 6.215 |
| Ocupações mal especificadas | 1.044 | 137 | 1.180 |
| Profissionais das ciências e artes | 17.862 | 299 | 18.161 |
| Técnicos de nível médio | 11.373 | 569 | 11.942 |
| Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca | 940 | 166 | 1.105 |
| Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais | 23.865 | 1.267 | 25.132 |
| Trabalhadores de reparação e manutenção | 5.193 | 346 | 5.539 |
| Trabalhadores de serviços administrativos | 18.455 | 1.322 | 19.777 |
| Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio | 58.658 | 6.065 | 64.723 |
| Não respondeu | 1.682 | 12.268 | 13.950 |
| Total | 159.182 | 22.771 | 181.953 |

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos grupos ocupacionais dentre homens e mulheres, revelando diferenças significativas em algumas ocupações, como aquelas ligadas à indústria – onde há uma forte predominância masculina, 90,8% do total – e os trabalhadores nos serviços administrativos, onde a grande maioria é de mulheres (73,4%).

Tabela 12 – Distribuição dos grupos ocupacionais por sexo, cidade de Porto Velho, setembro de 2009

| Grupo ocupacional | Homens | Mulheres | Total |
|---|---------|----------|---------|
| Dirigentes do setor público e privado | 8.059 | 6.169 | 14.228 |
| Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares | 6.110 | 105 | 6.215 |
| Ocupações mal especificadas | 531 | 649 | 1.180 |
| Profissionais das ciências e artes | 7.189 | 10.972 | 18.161 |
| Técnicos de nível médio | 7.793 | 4.149 | 11.942 |
| Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca | 1.105 | 0 | 1.105 |
| Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais | 22.825 | 2.307 | 25.132 |
| Trabalhadores de reparação e manutenção | 3.802 | 1.737 | 5.539 |
| Trabalhadores de serviços administrativos | 5.259 | 14.518 | 19.777 |
| Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio | 32.091 | 32.632 | 64.723 |
| Não tem ocupação ou não respondeu | 7.104 | 6.846 | 13.950 |
| Total | 101.868 | 80.084 | 181.953 |

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

Cruzando-se as informações referentes aos grupos ocupacionais com o tempo de trabalho na ocupação atual (agrupado em faixas de tempo), têm-se na tabela abaixo as distribuições respectivas. Verifica-se que as ocupações de maior nível de qualificação e rendimento tendem a apresentar médias mais elevadas de tempo na ocupação atual, sendo que os trabalhadores ligados aos serviços e à indústria agregam as maiores participações nas categorias de menor tempo na ocupação atual.

Tabela 13 – Distribuição dos grupos ocupacionais por tempo na ocupação atual, cidade de Porto Velho, setembro de 2009

| Grupo ocupacional | Tempo na ocupação atual | | | | Total |
|---|-------------------------|------------|---------------|---------------|---------|
| | Menos de 1 ano | 1 e 2 anos | 3 anos e mais | Não respondeu | |
| Dirigentes do setor público e privado | 1.227 | 2.874 | 9.968 | 158 | 14.228 |
| Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares | 495 | 1.118 | 4.602 | 0 | 6.215 |
| Ocupações mal especificadas | 546 | 371 | 127 | 137 | 1.180 |
| Profissionais das ciências e artes | 1.544 | 3.623 | 12.695 | 299 | 18.161 |
| Técnicos de nível médio | 1.702 | 2.998 | 6.673 | 569 | 11.942 |
| Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca | 332 | 57 | 660 | 57 | 1.105 |
| Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais | 8.487 | 4.569 | 11.144 | 932 | 25.132 |
| Trabalhadores de reparação e manutenção | 1.067 | 1.291 | 2.886 | 296 | 5.539 |
| Trabalhadores de serviços administrativos | 4.449 | 4.953 | 9.638 | 737 | 19.777 |
| Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio | 16.857 | 17.450 | 27.687 | 2.728 | 64.723 |
| Não tem ocupação ou não respondeu | 1.024 | 137 | 663 | 12.126 | 13.950 |
| Total | 37.731 | 39.443 | 86.742 | 18.038 | 181.953 |

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

Por último, cruzam-se os dados referentes aos grupos de ocupação com a renda obtida com o trabalho, dividida em faixas segundo a quantidade de salários mínimos auferida. Os dados demonstram em que grau as ocupações com maiores níveis de rendimento correspondem àquelas com maiores níveis de qualificação. No grupo dos dirigentes do setor público e das empresas privadas a proporção dos que ganham mais de três salários mínimos (R\$ 465,00 à época da pesquisa) era igual a 51,9%, enquanto no dos profissionais das ciências e artes atingia 61,9%. Ressalta-se, por outro lado, o baixo nível de renda auferida no maior grupo de ocupação, qual seja, as atividades ligadas ao comércio e aos serviços, com uma proporção de trabalhadores na classe de renda mais elevada limitando-se a 7,7% do total. Os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais apresentam uma condição um pouco melhor com 10,3% do total no grupo que percebe mais de três salários mínimos mensais.

Tabela 14 – Distribuição dos grupos ocupacionais por faixas de rendimento, cidade de Porto Velho, setembro de 2009

| Grupo ocupacional | Grupo de rendimento do trabalho (em salários mínimos) | | | | | Total |
|---|---|--------|---------------|-----------|----------------|---------|
| | Sem rendimento | Até 1 | Mais de 1 a 3 | Mais de 3 | Sem informação | |
| Dirigentes do setor público e privado | 1.220 | 2.512 | 3.105 | 7.391 | 0 | 14.228 |
| Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares | 0 | 0 | 2.821 | 3.394 | 0 | 6.215 |
| Ocupações mal especificadas | 137 | 917 | 127 | 0 | 0 | 1.180 |
| Profissionais das ciências e artes | 299 | 1.275 | 5.346 | 11.242 | 0 | 18.161 |
| Técnicos de nível médio | 569 | 994 | 4.061 | 5.231 | 1.087 | 11.942 |
| Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca | 166 | 208 | 444 | 178 | 109 | 1.105 |
| Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais | 1.267 | 6.605 | 14.115 | 2.533 | 612 | 25.132 |
| Trabalhadores de reparação e manutenção | 337 | 1.688 | 2.734 | 781 | 0 | 5.539 |
| Trabalhadores de serviços administrativos | 1.354 | 3.627 | 9.728 | 5.068 | 0 | 19.777 |
| Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio | 5.692 | 22.609 | 30.674 | 4.933 | 815 | 64.723 |
| Não respondeu | 12.351 | 0 | 71 | 137 | 1.391 | 13.950 |
| Total | 23.390 | 40.434 | 73.226 | 40.889 | 4.014 | 181.953 |

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

3.2. Situação ocupacional

As tabelas a seguir apresentam as informações referentes à situação ocupacional da população de Porto Velho, iniciando com a quantidade de homens e mulheres em cada situação ocupacional, apresentada na Tabela 15. Destacam-se as seguintes categorias ocupacionais: proprietários, autônomos e os desempregados ocupados em biscates com maior participação masculina, igual a 69,0% do total; e os diaristas, onde predominam as mulheres, que representam 83,9% do total. Ressalta-se também a maior quantidade de mulheres – em termos absolutos – dentre o total dos desempregados e os funcionários públicos.

Tabela 15 – Situação ocupacional por sexo, cidade de Porto Velho, setembro de 2009

| Situação Ocupacional | Homens | Mulheres | Total |
|---|---------|----------|---------|
| Autônomo, conta própria, profissional liberal | 19.235 | 8.623 | 27.858 |
| Contrato de trabalho | 0 | 429 | 429 |
| Desempregado | 9.384 | 13.387 | 22.771 |
| Diarista (recebe o dia trabalhado) | 1.041 | 5.435 | 6.475 |
| Empregado com carteira assinada | 39.752 | 25.104 | 64.855 |
| Empregado sem carteira assinada | 6.272 | 4.277 | 10.549 |
| Estagiário | 826 | 680 | 1.506 |
| Faz bico, biscates (free-lancer) | 2.621 | 700 | 3.322 |
| Funcionário público | 14.293 | 16.753 | 31.046 |
| Membro não remunerado da família | 270 | 806 | 1.076 |
| Proprietário de estabelecimento | 8.175 | 3.891 | 12.066 |
| Total | 101.868 | 80.084 | 181.953 |

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

A Tabela 16 abaixo traz a distribuição da situação ocupacional segundo a faixa de renda. Chama atenção o fato de que os funcionários públicos predominam dentre aqueles que ganham mais de três salários mínimos (43,9% do total deste grupo de renda), segundo pelo grupo dos empregados com carteira assinada (23,8%). Esta última situação ocupacional, de emprego formalizado, se concentra na faixa entre um e três salários mínimos (58,9% do total do grupo) enquanto aqueles sem carteira assinada auferem, em sua maioria, até um salário mínimo (52,2% do total).

Tabela 16 – Situação ocupacional por faixa de renda, cidade de Porto Velho, setembro de 2009

| Situação ocupacional | Grupo de rendimento do trabalho (em salários mínimos) | | | | | Total |
|---|---|--------|---------------|-----------|----------------|---------|
| | Sem rendimento | Até 1 | Mais de 1 a 3 | Mais de 3 | Sem informação | |
| Autônomo, conta própria, profissional liberal | 0 | 7.587 | 14.659 | 4.933 | 679 | 27.858 |
| Contrato de trabalho | 0 | 0 | 428 | 0 | 1 | 429 |
| Desempregado | 22.431 | 180 | 0 | 0 | 160 | 22.771 |
| Diarista (recebe o dia trabalhado) | 0 | 4.692 | 1.781 | 0 | 2 | 6.475 |
| Empregado com carteira assinada | 0 | 14.859 | 38.222 | 9.741 | 2.032 | 64.855 |
| Empregado sem carteira assinada | 0 | 5.506 | 4.081 | 948 | 13 | 10.549 |
| Estagiário | 0 | 1.054 | 127 | 214 | 111 | 1.506 |
| Faz bico, biscates (free-lancer) | 0 | 2.979 | 216 | 127 | 0 | 3.322 |
| Funcionário público | 0 | 1.012 | 11.237 | 17.954 | 844 | 31.046 |
| Membro não remunerado da família | 960 | 110 | 0 | 0 | 7 | 1.076 |
| Proprietário de estabelecimento | 0 | 2.455 | 2.476 | 6.971 | 164 | 12.066 |
| Total | 23.390 | 40.434 | 73.226 | 40.889 | 4.014 | 181.953 |

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

Quanto à distribuição da situação ocupacional por tempo de trabalho na ocupação atual, a Tabela 17, abaixo, demonstra um que a maioria dos ocupados há menos de um ano na ocupação atual é constituída pelos empregados com carteira assinada (58,8% do total), revelando um crescimento do emprego formal no último ano. Ressalta-se também que as ocupações com maiores participações dentre aqueles que se encontram há mais tempo no mesmo emprego são os funcionários públicos (80,4% da categoria), os autônomos e profissionais liberais (73,3%) e os proprietários de estabelecimento (76,5%).

Tabela 17 – Situação ocupacional por tempo na ocupação atual, cidade de Porto Velho, setembro de 2009

| Situação Ocupacional | Menos de 1 ano | 1 e 2 anos | 3 anos e mais | Não respondeu | Total |
|---|----------------|------------|---------------|---------------|---------|
| Autônomo, conta própria, profissional liberal | 2.307 | 3.874 | 20.389 | 1.288 | 27.858 |
| Contrato de trabalho | 0 | 429 | 0 | 0 | 429 |
| Desempregado | 4.319 | 2.421 | 683 | 15.347 | 22.771 |
| Diarista (recebe o dia trabalhado) | 1.227 | 1.599 | 3.054 | 595 | 6.475 |
| Empregado com carteira assinada | 22.180 | 19.618 | 22.708 | 350 | 64.855 |
| Empregado sem carteira assinada | 3.673 | 3.523 | 3.316 | 36 | 10.549 |
| Estagiário | 704 | 526 | 270 | 6 | 1.506 |
| Faz bico, biscates (free-lancer) | 1.343 | 846 | 1.119 | 13 | 3.322 |
| Funcionário público | 1.447 | 4.278 | 24.957 | 365 | 31.046 |
| Membro não remunerado da família | 0 | 72 | 1.001 | 4 | 1.076 |
| Proprietário de estabelecimento | 529 | 2.256 | 9.244 | 36 | 12.066 |
| Total | 37.731 | 39.443 | 86.742 | 18.038 | 181.953 |

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

3.3. Setor de atividade

As tabelas a seguir agregam as informações referentes ao setor de atividade, e sua distribuição segundo sexo, faixa de renda e tempo na ocupação atual. Em primeiro lugar, verifica-se que os setores com maior quantidade de pessoal ocupado são: os “outros serviços”, os serviços públicos e o comércio. A Tabela 18 apresenta a distribuição do setor de atividade segundo o sexo, revelando que as maiores diferenças na distribuição entre homens e mulheres se encontram nos transportes, na construção civil, no setor primário e na indústria – com forte predominância masculina – e nos serviços domiciliares, onde as mulheres formam uma maioria expressiva.

Tabela 18 – Setor de atividade por sexo, cidade de Porto Velho, setembro de 2009

| Setor de atividade | Homens | Mulheres | Total |
|------------------------|---------|----------|---------|
| Agropecuária e pesca | 1.062 | 132 | 1.194 |
| Indústria | 2.742 | 1.266 | 4.008 |
| Construção civil | 20.397 | 1.254 | 21.651 |
| Comércio | 16.379 | 17.332 | 33.710 |
| Serviços públicos | 16.457 | 18.076 | 34.534 |
| Serviços de transporte | 7.617 | 374 | 7.991 |
| Serviços domiciliares | 57 | 8.620 | 8.677 |
| Outros serviços | 26.293 | 18.385 | 44.677 |
| Outras atividades | 1.481 | 1.257 | 2.738 |
| Não está trabalhando | 9.384 | 13.387 | 22.771 |
| Total | 101.868 | 80.084 | 181.952 |

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

Quanto à distribuição do setor de atividade por faixas de rendimento, a Tabela 19 abaixo demonstra que a maioria dos setores tem maior concentração de sua população ocupada na faixa que auferem entre 1 e 3 salários mínimos, com exceção da agropecuária e pesca, dos serviços domiciliares (ambos com maior participação na faixa de até um salário mínimo) e dos serviços públicos – setor no qual mais da metade dos ocupados situa-se na faixa de rendimento acima de 3 salários mínimos.

Tabela 19 – Setor de atividade por faixa de renda, cidade de Porto Velho, setembro de 2009

| Setor de atividade | Grupo de rendimento do trabalho (em salários mínimos) | | | | | Total |
|------------------------|---|--------|---------------|-----------|----------------|---------|
| | Sem rendimento | Até 1 | Mais de 1 a 3 | Mais de 3 | Sem informação | |
| Agropecuária e pesca | 0 | 750 | 248 | 84 | 113 | 1.194 |
| Indústria | 0 | 1.306 | 1.385 | 732 | 586 | 4.008 |
| Construção civil | 0 | 4.154 | 13.245 | 3.566 | 687 | 21.651 |
| Comércio | 766 | 9.181 | 16.761 | 6.798 | 203 | 33.710 |
| Serviços públicos | 0 | 1.757 | 13.279 | 18.708 | 790 | 34.534 |
| Serviços de transporte | 0 | 1.130 | 5.365 | 1.100 | 396 | 7.991 |
| Serviços domiciliares | 0 | 6.812 | 1.836 | 0 | 29 | 8.677 |
| Outros serviços | 193 | 14.501 | 19.954 | 9.060 | 969 | 44.677 |
| Outras atividades | 0 | 665 | 1.153 | 841 | 79 | 2.738 |
| Não está trabalhando | 22.431 | 180 | 0 | 0 | 161 | 22.771 |
| Total | 23.390 | 40.434 | 73.226 | 40.889 | 4.014 | 181.952 |

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

Os dados referentes à distribuição do setor de atividade pelo tempo em que o pessoal ocupado se encontra na ocupação atual são apresentados na Tabela 20, a seguir. Verifica-se uma predominância da faixa de três anos e mais em todos os setores, com exceção da construção civil, setor em que a maioria se encontra na faixa de menos de um ano na atividade atual, o que reflete o forte crescimento do emprego neste setor no último ano em Porto Velho.

Tabela 20 – Setor de atividade por tempo na ocupação atual, cidade de Porto Velho, setembro de 2009

| Setor de atividade | Menos de 1 ano | 1 e 2 anos | 3 anos e mais | Não respondeu | Total |
|------------------------|----------------|------------|---------------|---------------|---------|
| Agropecuária e pesca | 167 | 132 | 892 | 4 | 1.194 |
| Indústria | 703 | 1.151 | 2.059 | 95 | 4.008 |
| Construção civil | 8.573 | 4.138 | 8.186 | 754 | 21.651 |
| Comércio | 7.238 | 9.898 | 16.254 | 320 | 33.710 |
| Serviços públicos | 2.216 | 5.526 | 26.410 | 382 | 34.534 |
| Serviços de transporte | 2.431 | 2.182 | 3.195 | 184 | 7.991 |
| Serviços domiciliares | 1.635 | 1.846 | 4.674 | 522 | 8.677 |
| Outros serviços | 9.926 | 11.721 | 22.610 | 420 | 44.677 |
| Outras atividades | 522 | 428 | 1.779 | 9 | 2.738 |
| Não está trabalhando | 4.319 | 2.421 | 683 | 15.347 | 22.771 |
| Total | 37.731 | 39.443 | 86.742 | 18.038 | 181.953 |

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

3.4. Outras análises

Como conclusão da seção, apresenta-se abaixo outros cruzamentos que não se inserem nas categorias acima, entre o tempo de trabalho na atividade atual, o sexo e os níveis de rendimento. Em relação à distribuição das faixas de rendimento por tempo na ocupação atual, a Tabela 21 demonstra certa correlação entre o tempo de trabalho e o nível de rendimento, havendo uma forte concentração dentre os que ganham mais de três salários mínimos no grupo dos que trabalham há três anos ou mais na atividade atual, sendo que este nível de concentração diminui em relação às categorias de menor renda.

Tabela 21 – Distribuição das faixas de rendimento por tempo na ocupação atual

| Grupo de renda | Menos de 1 ano | 1 e 2 anos | 3 anos e mais | Não respondeu | Total |
|--------------------------------|----------------|------------|---------------|---------------|---------|
| Número de trabalhadores | | | | | |
| Sem renda | 4.319 | 2.474 | 1.569 | 15.028 | 23.390 |
| Até 1 salário mínimo | 10.986 | 12.836 | 15.672 | 940 | 40.434 |
| Entre 1 e 3 salários mínimos | 18.291 | 16.644 | 37.380 | 911 | 73.226 |
| Mais de 3 salários mínimos | 3.046 | 6.557 | 30.875 | 410 | 40.889 |
| Não respondeu | 1.089 | 932 | 1.245 | 748 | 4.014 |
| Total | 37.731 | 39.443 | 86.742 | 18.038 | 181.953 |
| Distribuição percentual | | | | | |
| Sem renda | 11,8 | 6,4 | 1,8 | 86,9 | 13,1 |
| Até 1 salário mínimo | 30,0 | 33,3 | 18,3 | 5,4 | 22,7 |
| Entre 1 e 3 salários mínimos | 49,9 | 43,2 | 43,7 | 5,3 | 41,2 |
| Mais de 3 salários mínimos | 8,3 | 17,0 | 36,1 | 2,4 | 23,0 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

Em relação à distribuição das faixas de tempo na ocupação atual e o sexo, verifica-se uma concentração muito maior de homens na categoria abaixo de um ano no trabalho atual (o que pode ser um reflexo do aumento recente do emprego na construção civil em Porto Velho), havendo, em termos relativos ao total das mulheres, uma um pouco maior da participação destas na categoria de três anos e mais na mesma ocupação:

Tabela 22 – Distribuição das faixas de tempo na ocupação atual por sexo, cidade de Porto Velho, 2009

| Tempo na ocupação atual | Homens | | Mulheres | | Total | |
|-------------------------|----------|-------|----------|-------|----------|-------|
| | Absoluto | % | Absoluto | % | Absoluto | % |
| Menos de 1 ano | 24.090 | 23,6 | 13.640 | 17,0 | 37.754 | 20,7 |
| 1 e 2 anos | 21.182 | 20,8 | 18.261 | 22,8 | 39.463 | 21,7 |
| 3 anos e mais | 48.484 | 47,6 | 38.257 | 47,8 | 86.789 | 47,7 |
| Não respondeu | 8.112 | 8,0 | 9.926 | 12,4 | 18.046 | 9,9 |
| Total | 101.868 | 100,0 | 80.084 | 100,0 | 182.053 | 100,0 |

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

A relação entre sexo e renda apresentada na Tabela 23 abaixo revela correlação entre as duas variáveis, com uma quantidade maior de mulheres na faixa de menor rendimento e sem renda, enquanto nas faixas de maior renda há a predominância masculina.

Tabela 23 – Distribuição das faixas de rendimento por sexo, cidade de Porto Velho, setembro de 2009

| Grupo de renda | Homens | | Mulheres | | Total | |
|--------------------------------|----------|-------|----------|-------|----------|-------|
| | Absoluto | % | Absoluto | % | Absoluto | % |
| Sem renda | 9.587 | 9,4 | 13.803 | 17,2 | 23.400 | 12,9 |
| Até 1 salário mínimo | 19.209 | 18,9 | 21.225 | 26,5 | 40.453 | 22,2 |
| Mais de 1 a 3 salários mínimos | 44.622 | 43,8 | 28.604 | 35,7 | 73.270 | 40,2 |
| Mais de 3 SM | 25.351 | 24,9 | 15.538 | 19,4 | 40.913 | 22,5 |
| Não respondeu | 3.100 | 3,0 | 914 | 1,1 | 4.017 | 2,2 |
| Total | 101.868 | 100,0 | 80.084 | 100,0 | 182.053 | 100,0 |

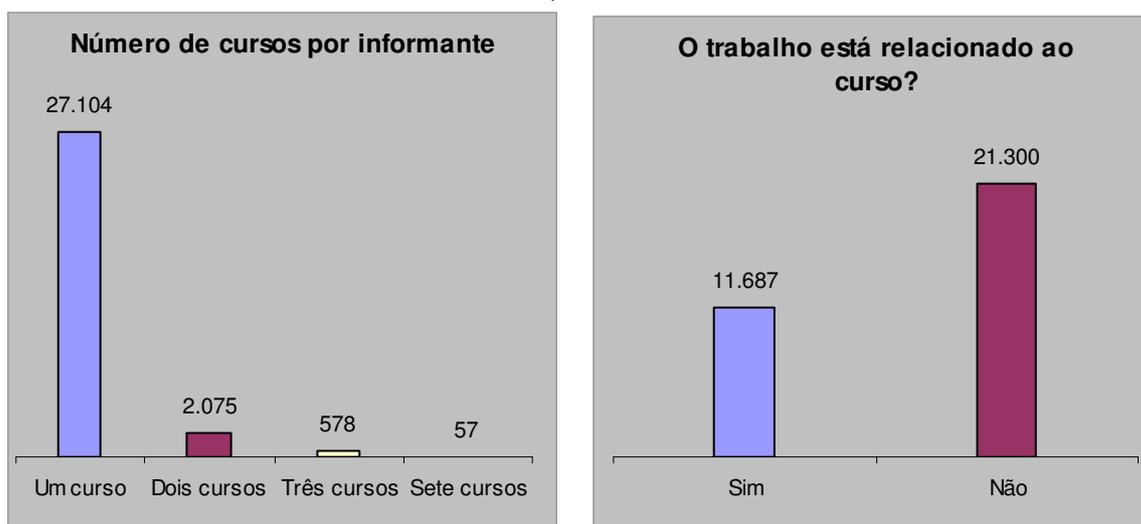
Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

4. CURSOS DE QUALIFICAÇÃO

A inclusão de questões sobre a frequência a cursos profissionalizantes teve como objetivo orientar a oferta futura de cursos de forma a atender demandas prováveis da população. Foram incluídas três questões no questionário que se referiram aos cursos já frequentados – cursos e instituições – a relação entre o trabalho e o curso frequentado e os cursos profissionalizantes que gostariam de frequentar. Os resultados obtidos são apresentados a seguir.

O Gráfico 8 mostra o número de pessoas que já frequentaram cursos profissionalizantes bem como a relação destes cursos com o trabalho realizado. Pode-se ver que, em geral, cada pessoa frequenta um só curso profissionalizante, com um número mínimo de pessoas frequentando três ou mais cursos. Quanto à relação entre o trabalho atual e o curso que frequentou predominam aqueles que informaram não haver relação entre o trabalho e o curso, apesar do número significativo de pessoas terem frequentado cursos que lhes permitiram aplicar os conhecimentos obtidos no exercício de suas ocupações atuais.

Gráfico 8 – Número de cursos por pessoa e relação do trabalho com o curso frequentado, cidade de Porto Velho, setembro de 2009



Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

O quadro a seguir, apresenta os cursos profissionalizantes e as instituições mais citados pelos entrevistados. Pode-se verificar que o curso mais frequentado, a uma distância bem significativa daquele que ocupa o segundo lugar, é o de informática, incluindo-se nesse conjunto desde o aprendizado do AUTOCAD até o simples acesso à internet. A seguir tem-se uma série relativamente reduzida de cursos mais frequentados e mais diretamente relacionados com a demanda atual de mão-de-obra na cidade de Porto Velho, com o grupo mais significativo de pessoas frequentando cursos de qualificação para ocupações do setor terciário, ou seja, comércio e serviços.

Quanto às instituições mais citadas tem-se uma grande dispersão das informações, com o primeiro colocado que é o SENAC em um patamar pouco superior ao dos cursos oferecidos pelo Programa Acreditar. Tem-se a seguir uma série de instituições que oferecem cursos, algumas delas especializadas em cursos de informática, como não poderia deixar de ser em função da importância deste tipo de qualificação. Tal concentração pode, inclusive, explicar porque a maioria dos

entrevistados não trabalha em áreas relacionadas ao curso freqüentado. Encontra-se em anexo uma listagem das instituições e cursos citados na pesquisa.

Quadro 3 – Cursos profissionalizantes e instituições mais citadas, cidade de Porto Velho, setembro de 2009

| Cursos profissionalizantes mais freqüentados | Frequência | Instituições mais citadas | Frequência |
|--|------------|---------------------------|------------|
| Informática | 11.051 | SENAC | 5.328 |
| Estética, cabeleireiro | 1.487 | Acreditar/UNIRON | 3.866 |
| Técnico de segurança do trabalho | 1.454 | SENAI | 2.949 |
| Técnico em enfermagem | 1.388 | Séculos Treinamento | 2.911 |
| Carpinteiro | 1.206 | Microlins | 1.195 |
| Eletricista | 1.048 | CETENE/SEBRAE | 868 |
| Vigilante | 961 | Digicursos | 774 |
| Assistente administrativo | 869 | Casa Brasil | 773 |
| Gestão empresarial | 738 | Vale do Guaporé | 768 |
| Gastronomia | 727 | Liderança | 647 |
| Motorista | 651 | Escola do Legislativo | 618 |
| Relações humanas | 647 | Líder Informática | 564 |
| Vendas | 545 | CIESE | 469 |

Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

No Quadro 4 a seguir encontram-se todos os cursos profissionalizantes que os entrevistados gostariam de freqüentar no futuro. É interessante notar que os cursos de informática são também os mais demandados.

Quadro 4 – Cursos profissionalizantes que os entrevistados gostariam de freqüentar, cidade de Porto Velho, setembro de 2009

| Nome do curso | Total | Nome do curso | Total |
|----------------------------------|--------|-------------------------|-------|
| Informática | 15.322 | Fotografia | 392 |
| Mecânica | 3.790 | Música | 390 |
| Auxiliar de enfermagem | 2.962 | Decoração | 357 |
| Estética, cabeleireiro | 2.287 | Técnico em agronomia | 333 |
| Corte e costura | 2.279 | Auxiliar de laboratório | 316 |
| Eletricista | 2.110 | Gestão pública | 297 |
| Gastronomia | 2.058 | Operador de máquinas | 290 |
| Técnico em segurança do trabalho | 1.472 | Gestão ambiental | 289 |
| Vigilante | 1.259 | Rádio e TV | 288 |
| Inglês | 1.090 | Aviador | 279 |
| Secretária | 1.064 | Técnico em edificação | 264 |
| Vendas | 963 | Telemarketing | 215 |
| Eletrotécnico | 880 | Radiologia | 183 |
| Pedreiro | 831 | Empilhador | 158 |
| Gestão empresarial | 778 | Arquivista | 153 |
| Padeiro | 616 | Artesanato | 138 |
| Relações humanas | 612 | Assistência Social | 137 |
| Caixa | 588 | Bombeiro | 128 |
| Confeiteiro | 569 | Carpinteiro | 117 |
| Construção civil | 552 | Refrigeração | 117 |
| Atendimento, secretária | 410 | Carro forte | 112 |
| Pintura | 406 | Teatro | 112 |
| Motorista | 398 | Hotelaria | 105 |

Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

5. HABITAÇÃO

No questionário elaborado para a pesquisa de monitoramento foram incluídas várias questões visando à identificação das necessidades habitacionais dos residentes na cidade de Porto Velho. Além daquelas direcionadas especificamente para o cálculo do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios, segundo definição da Fundação João Pinheiro⁴, foram incluídas outras perguntas como as características do sítio e do parcelamento onde se insere a moradia, tipologias e idade aproximada das edificações e tempo de residência no bairro e na própria moradia, buscando complementar informações sobre as consequências dos movimentos migratórios decorrentes da atração de mão-de-obra (pesquisado com maior detalhe no próprio questionário) no processo de expansão urbana de Porto Velho.

Assim, neste item são apresentadas informações sobre os resultados da primeira pesquisa semestral domiciliar quanto às principais características das moradias e a comparação dos mesmos, quando possível, com os resultados da Contagem Populacional de 2007 e do Censo Demográfico de 2000, publicados pelo IBGE, e comentados no Relatório Inicial.

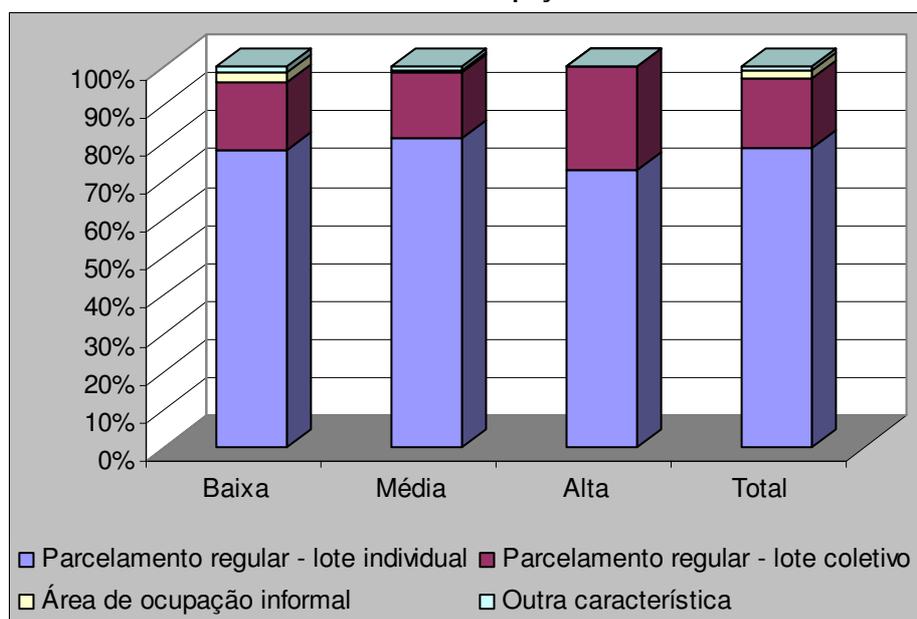
5.1. Características das ocupações e do sítio

O parcelamento regular com lote individual prevalece com percentual superior a 70% nos três estratos considerados no desenho da amostra. No estrato de nível 3 (correspondente a famílias com renda e escolaridade mais alta) é significativo o percentual de lote regular coletivo (27%), refletindo a presença de condomínios na cidade, em geral fechados por muros e com guaritas para o controle de entrada. No estrato 1 (correspondente a famílias de menor renda e grau de escolaridade) as ocupações informais somam cerca de 3% e no estrato 2 (de renda e escolaridade médias) menos de 0,5%.

Como ocupações informais foram classificadas apenas aquelas que apresentam informalidade do ponto de vista espacial, ou seja, o desenho urbanístico não obedece um planejamento prévio, ficando clara a ausência de padrão urbanístico orientando o processo de ocupação. Portanto, não se trata de identificar problemas de regularização fundiária, que envolveriam pesquisas documentais. Quanto a esta questão, a atual administração pública municipal vem desenvolvendo extenso trabalho com apoio do Ministério das Cidades. Ressalta-se, como já explicitado em relatório anterior, que esta é uma questão central na cidade de Porto Velho, em função de seu processo histórico de ocupação. Entretanto, tendo em vista as características físicas do sítio e a disponibilidade de áreas, grande parte dos locais com problemas de regularização fundiária não apresentam irregularidade urbanística, a despeito da possível carência de infraestrutura.

⁴ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos e Políticas Sociais. Déficit habitacional no Brasil, 2007. Convênio PNUD/Ministério das Cidades. Belo Horizonte, 2007.

Gráfico 9 – Características da Ocupação – Porto Velho – 2009



Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

O resultado da questão sobre a característica do sítio mostra que somente no estrato das famílias com menor renda e escolaridade existem moradias localizadas em sítios impróprios à ocupação, aproximadamente 5,5% dos domicílios neste estrato, que correspondem a cerca de 3,4% dos domicílios totais. O maior problema refere-se a áreas alagadiças (4,3%), seguidas pela ocupação de Áreas de Preservação Permanente – APP (0,9%) e, por último, por áreas de erosão ou declividade acentuada (0,2%).

5.2. Tempo de residência no bairro e na moradia atual

Quanto ao tempo de residência no bairro, observou-se que cerca de 30% dos entrevistados moram no máximo até 5 anos no local e quase 50% moram a menos de 10 anos. Considerando os três estratos pesquisados, verifica-se que o estrato 2, correspondente às famílias de renda média, apresenta o maior percentual com até dois anos no local. Considerando um período de até 5 anos, é o estrato 3, ou seja o de renda e escolaridade mais altas, aquele com maiores percentuais com menos tempo de residência no bairro (31% com menos de 5 anos). Visto de outra forma, mais da metade das famílias nos estratos 1 e 2 residem a mais de 10 anos no bairro, enquanto no estrato 3 essas somam cerca de 46% .

Tabela 24 – Tempo de residência no bairro por estrato – Porto Velho – 2009

| Tempo de residência no bairro | Estratos | | | Total |
|-------------------------------|----------|----------|----------|-------|
| | Número 1 | Número 2 | Número 3 | |
| Até dois anos | 14,9 | 20,8 | 13,7 | 16,5 |
| Mais de 2 a 5 anos | 14,3 | 13,5 | 17,4 | 14,3 |
| Mais de 5 a 10 anos | 13,9 | 8,9 | 22,6 | 13,2 |
| Mais de 10 anos | 57,0 | 56,9 | 46,3 | 56,1 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

Também foi pesquisado o tempo de residência na moradia atual. Como na questão anterior, observa-se que são significativos os percentuais de famílias com pouco tempo de residência em seus domicílios atuais, quase 40%, o que é coerente com a atual condição da cidade de receptora de migrantes.

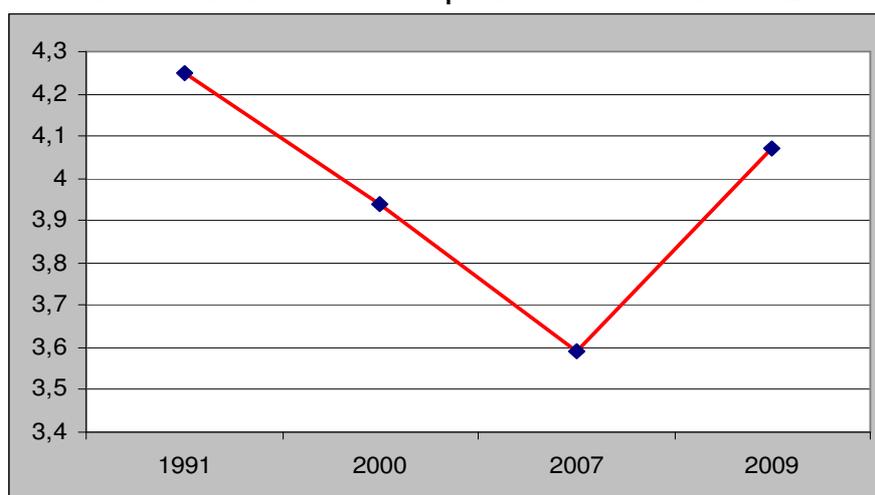
Tabela 25 – Tempo de residência na moradia por estrato – Porto Velho – 2009

| Tempo de residência na moradia | Estratos | | | Total |
|--------------------------------|----------|-------|-------|-------|
| | Baixa | Média | Alta | |
| 2 anos ou menos | 23,0 | 24,1 | 17,4 | 22,9 |
| Mais de 2 a 5 anos | 17,0 | 13,7 | 19,0 | 16,2 |
| Mais de 5 a 10 anos | 16,6 | 10,6 | 22,9 | 15,4 |
| Mais de 10 anos | 43,4 | 51,6 | 40,7 | 45,6 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

Por outro lado, o aumento significativo da média de moradores por domicílio, invertendo a tendência histórica de queda, mostra que o crescimento populacional não está sendo acompanhado pelo crescimento do número de moradias. O grande número de famílias conviventes – aproximadamente 18% do total - corrobora tal afirmativa.

Gráfico 10 – Média de moradores por domicílio – Porto Velho – 2009



Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

5.3. Atendimento dos domicílios por infraestrutura

As informações sobre o atendimento dos domicílios por serviços de infraestrutura mostraram de maneira geral o crescimento da oferta no período 2000 a 2009 (dados do Censo e da pesquisa domiciliar, respectivamente), embora, à exceção da coleta de lixo que atualmente atende cerca de 97% dos domicílios e em 2000 já atendia 88%, o quadro ainda é de grande carência.

As maiores precariedades referem-se ao acesso à rede pública de água e à pavimentação das vias. Na pesquisa domiciliar verificou-se que apenas 57% das moradias são ligadas à rede pública de abastecimento de água (em 2000, o percentual era de 37% dos domicílios urbanos). A pavimentação das vias atende 56,5% dos domicílios, enquanto em 2000 o índice de atendimento era de 40,4%, somando-se os 33,5% que informaram pavimentação total com 6,9% de pavimentação parcial.

Um fato merecedor de cuidados especiais na próxima pesquisa domiciliar é quanto ao percentual de moradias atendidas por iluminação pública. Na pesquisa realizada em 2009 obteve-se um percentual de 72%, 12 pontos abaixo do resultado publicado pelo Censo de 2000. Vale ressaltar que há uma diferença facilmente confundida pelo pesquisador entre disponibilidade de iluminação na via pública e ligação da moradia à rede de energia elétrica. Portanto, há que se confirmar se houve de fato uma queda nos serviços de iluminação pública, não totalmente descartada em função da dinâmica de crescimento atual, ou se um percentual relevante de moradias não estão acessando o serviço, o que pode ser ainda mais preocupante.

O atendimento por fossa séptica cresceu significativamente, passando de 56% em 2000 para 71% em 2009. A atual implantação de rede pública de esgotos resultará em um novo patamar de qualidade quanto à questão. Entretanto, o baixo percentual de domicílios ligados à rede pública de abastecimento de água, sugerindo a existência de várias soluções alternativas para o acesso a mesma, como o uso de poço particular ou coletivo, a captação direta em mananciais pouco confiáveis quanto à qualidade, a utilização conjunta da água que abastece o vizinho, além de outras possibilidades, alerta para a possibilidade de baixa adesão à rede de esgoto em implantação com a permanência de altos percentuais de utilização de fossa. Cabe mencionar que a fossa séptica se bem implantada e utilizada não traz problemas ambientais ou de eficiência.

Apesar de o atendimento por rede pública de esgotamento sanitário ter se mantido muito baixo até recentemente, o crescimento do número de banheiro e instalações sanitárias foi relevante, assim como o crescimento dos domicílios atendidos por fossa séptica. Na pesquisa de 2009 identificou-se um percentual de 0,7% de moradias sem banheiro ou instalação sanitária. Em 2000, os resultados do Censo apontavam um percentual de 3,7% dos domicílios urbanos do município de Porto Velho não atendidos. Conquanto esse percentual possa estar acima do correspondente somente à cidade de Porto Velho, uma vez que envolve outras áreas urbanas do município, provavelmente mais precárias que a capital, a redução do percentual é importante.

5.4. Tipologia das moradias

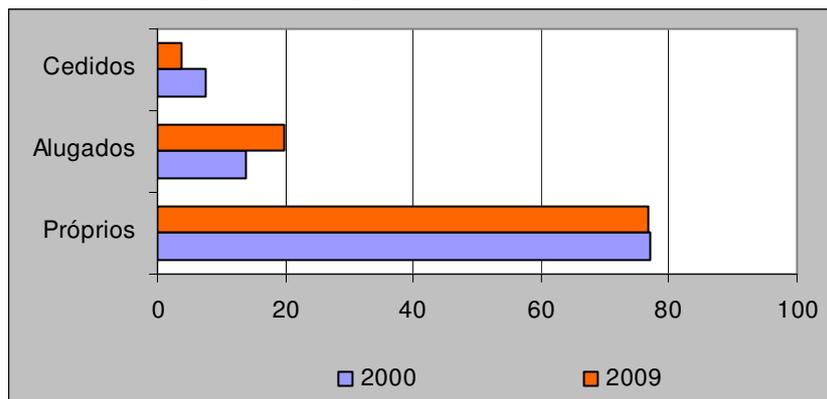
Na pesquisa domiciliar de 2009 não foram encontrados também domicílios que se caracterizavam como improvisados segundo a classificação do IBGE, ou seja, aqueles construídos em locais sem fins residenciais que servem como moradia, tais como barracas, viadutos, prédios em construção, carros, etc. Ressalta-se que os percentuais desses domicílios encontrados no Censo Demográfico de 2000 – 0,4%, e na Contagem Populacional de 2007 – 0,69% - estão bem abaixo da margem de erro da pesquisa realizada em 2009, que é de 3%, sendo portanto plausível que um percentual muito pequeno de domicílios assim classificados não tenham sido identificados na amostra. De qualquer modo, conforme mencionado no Relatório Inicial, as informações utilizadas para a caracterização dos domicílios referem-se aos particulares permanentes, uma vez que nem são pesquisadas ou disponibilizadas informações para os domicílios improvisados, que a despeito de cumprirem a função de moradia não se caracterizam como tal.

Quanto às tipologias das moradias, observa-se um crescimento do percentual dos apartamentos embora não muito significativo. É possível que na próxima pesquisa semestral esse crescimento mostre-se mais relevante em função da entrada no mercado de grande número de apartamentos em construção.

5.5. Condição de ocupação das moradias

Por fim, a análise da evolução da condição de ocupação das moradias confirma uma situação de aquecimento do mercado imobiliário, com o crescimento significativo do percentual de alugueis (de 13,7% para 19,7%) em detrimento do percentual de domicílios cedidos (de 7,5% para 3,7%). É previsível que em um momento de grande demanda e, portanto, de valorização dos imóveis, muitos proprietários que cediam seus imóveis passem a buscar os rendimentos propiciados pelo desequilíbrio entre a oferta e a procura, que resultou na elevação dos preços dos alugueis.

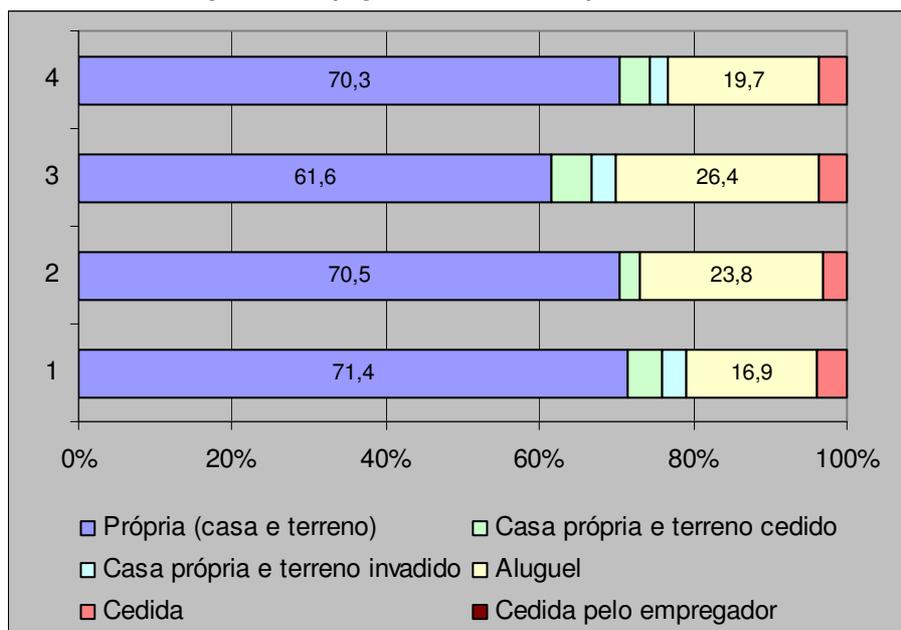
Gráfico 11 – Condição de ocupação dos domicílios - Porto Velho 2000 e 2009



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Contagem de População 2007, Resultados do Universo Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

Observando os resultados da pesquisa domiciliar de 2009 em termos dos estratos de renda e escolaridade, verifica-se que o maior percentual de aluguel concentra-se no estrato 3 ou seja no das famílias de maior renda. Por outro lado, o menor percentual refere-se ao estrato 1, o das famílias de menor renda, possivelmente aquelas que privilegiam as soluções de convivência com outras famílias.

Gráfico 12 – Condição de ocupação dos domicílios por estrato – Porto Velho 2009



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Contagem de População 2007, Resultados do Universo Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

6. DÉFICIT HABITACIONAL E INADEQUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS

A estimativa do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios na cidade de Porto Velho orientou-se pela metodologia desenvolvida pela Fundação João Pinheiro, que vem sendo aprimorada, desde a primeira versão publicada em 1995, até a última, baseada em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2007, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

6.1. Déficit Habitacional

Em acordo com a evolução da metodologia, trabalhou-se com o conceito de déficit habitacional ligado diretamente às deficiências de estoque de moradias, que pode ser entendido como “déficit por reposição de estoque” e “déficit por incremento de estoque”. O primeiro refere-se aos domicílios rústicos, definidos como *aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, o que resulta em desconforto e risco de contaminação por doenças, em decorrência das suas condições de insalubridade*. No segundo grupo incluem-se os domicílios improvisados, parte da coabitação familiar, os domicílios alugados em que se identifica ônus excessivo com os custos do aluguel e os domicílios alugados e cedidos com adensamento excessivo.

Para Porto Velho, a definição de domicílios rústicos como apresentada pelo IBGE resulta na praticamente inexistência desta categoria, tendo em vista a grande disponibilidade de madeira na região e a facilidade de acesso a madeiras aparelhadas, mesmo para aqueles de pequeno poder aquisitivo. Na pesquisa domiciliar, que trabalhou com uma amostra de domicílios⁵, não foi identificada qualquer moradia em que as paredes não se enquadravam na categoria alvenaria ou madeira aparelhada. É provável que, de fato, não existam domicílios com tais características na cidade de Porto Velho, mas também não se pode descartar a possibilidade de um percentual muito pequeno não ter sido identificado na amostra, cujo erro estimado é de cerca de 3%. O mesmo ocorreu com os domicílios improvisados, não captados pela amostra. Como já discutido neste relatório, o percentual desta categoria verificado no Censo Demográfico de 2000 era de 0,4% do total de domicílios urbanos e na Contagem Populacional de 2007 de 0,69%, números, portanto, bastante inferiores à margem de erro da pesquisa realizada em 2009, o que pode explicar a não identificação dos mesmos.

Em termos da coabitação familiar, foram identificadas na pesquisa realizada 16.241 famílias conviventes, das quais 52% tinham renda média inferior a cinco salários mínimos. De acordo com a metodologia da Fundação João Pinheiro, a partir da publicação de 2007, passou-se a incorporar ao déficit habitacional apenas uma parcela do total das famílias conviventes, considerando que muitas delas eram assim constituídas por motivos particulares e não por dificuldade de aquisição ou aluguel de outra moradia. Para que esse novo cálculo fosse possível, na PNAD-2007 foram incluídas perguntas sobre o motivo da convivência e a intenção ou desejo de constituir um domicílio exclusivo. Para Rondônia obteve-se um percentual de 67% do total das famílias conviventes que deveriam ser incluídas no cálculo do déficit, segundo as novas premissas. Deste modo, neste trabalho, adotou-se para Porto Velho o mesmo índice encontrado para Rondônia o que deverá ser avaliado a partir da inclusão de questões semelhantes às da PNAD na próxima pesquisa semestral.

Somam-se ainda a este percentual de famílias conviventes que compõem o déficit habitacional as moradoras em casas de cômodo, por considerar que *esse tipo de moradia mascara a situação real de*

⁵ Capítulo 1

coabitação. Segundo definição do IBGE são *casas de cômodo os domicílios particulares compostos por um ou mais aposentos localizados em casa de cômodo, cortiço, cabeça-de-porco etc.* Para melhor identificação adotou-se como critério as edificações multifamiliares horizontais com mais de três unidades e, no máximo, dois cômodos. Nesses casos os domicílios assim constituídos, com um ou dois cômodos e, portanto, sem condições adequadas de moradia, não podem ser ampliados e adequados.

O ônus excessivo com aluguel é definido pelo número de famílias com renda familiar de até três salários mínimos que moram em casas ou apartamentos (domicílios duráveis) e que despendem 30% ou mais da renda com o aluguel. Anteriormente considerados como inadequação, esses casos passaram a ser incorporados ao déficit habitacional, segundo metodologia da Fundação João Pinheiro, diante das argumentações de que para famílias de baixa renda o aluguel não é uma opção, como pode ser para camadas com maior poder aquisitivo. Na pesquisa domiciliar realizada em Porto Velho foram identificadas 3.921 famílias nessas condições.

O adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados e cedidos, definido como a situação de três ou mais moradores por dormitório, passou a ser considerado déficit habitacional a partir do último ajuste metodológico. A justificativa é que sem a propriedade do imóvel a família não pode ampliar a edificação, caracterizando a necessidade de uma nova moradia. Em Porto Velho, além do adensamento excessivo associado ao ônus excessivo com aluguel, aos cômodos e às famílias conviventes, 2.308 domicílios alugados ou cedidos têm adensamento excessivo.

Por fim, a metodologia da Fundação João Pinheiro reconhece como déficit uma parcela de domicílios que em função de depreciação avançada necessita de substituição. Contudo, alega-se ausência de informações suficientes para tal classificação, o que também pode ser considerado no âmbito da pesquisa domiciliar realizada em 2009 que adota os critérios definidos pela Fundação João Pinheiro com base nos dados pesquisados pelo IBGE.

Assim, tendo em vista os critérios e considerações apresentados, o cálculo do déficit habitacional na cidade de Porto Velho resulta nos valores mostrados na tabela a seguir. Optou-se por apresentar o ônus com aluguel juntamente com outras características definidoras do déficit apenas para registro do fato de que muitos domicílios além desse ônus não oferecem condições desejáveis de moradia.

Tabela 26 – Estimativa do déficit habitacional – Cidade de Porto Velho – 2009

| Composição do déficit habitacional | Absoluto | % em relação ao total do déficit | % em relação ao total de domicílios urbanos |
|--|----------|----------------------------------|---|
| Ônus com aluguel | 3.253 | 18,1 | 3,6 |
| Ônus com aluguel e adensamento excessivo | 271 | 1,5 | 0,3 |
| Ônus com aluguel e cômodo | 316 | 1,8 | 0,3 |
| Ônus com aluguel, adensamento excessivo e cômodo | 81 | 0,5 | 0,1 |
| Adensamento excessivo | 2.308 | 12,9 | 2,5 |
| Cômodos | 849 | 4,7 | 0,9 |
| Famílias conviventes | 10.881 | 60,6 | 12,0 |
| Total do déficit habitacional estimado | 17.961 | 100,0 | 19,8 |

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

Na composição acima, não estão incluídos os domicílios cedidos por pessoas que não sejam o empregador, que em Porto Velho somam 2.115, além daqueles que por outro motivo já foram incluídos no cálculo do déficit. De fato, assim como as famílias com ônus excessivo com aluguel, as famílias de baixa renda que vivem em domicílios cedidos não o fazem por opção e, portanto, deveriam ser computadas no cálculo do déficit habitacional. Dessas famílias (2.115), apenas 8,6% têm renda de cinco salários mínimos; as demais, 1.932 famílias, percebem, no máximo, três salários mínimos.

Apesar de tais considerações, esse montante não foi computado no déficit habitacional apresentado na tabela acima para manter a comparabilidade com as estimativas da Fundação João Pinheiro.

O cálculo do déficit habitacional para os municípios brasileiros é feito a partir de dados censitários e, portanto, os mais recentes referem-se ao censo de 2000. A partir de dados das PNAD's, elaboradas anualmente, são feitas estimativas para as regiões metropolitanas, estados da federação e o Brasil. Neste período, conforme já dito neste relatório, a metodologia do cálculo foi aprimorada incorporando diversas contribuições de especialistas. Em 2007, o déficit habitacional estimado pela Fundação João Pinheiro, segundo a nova metodologia, para o estado de Rondônia, a região Norte e o Brasil representavam respectivamente 13,6%, 16,2% e 10,8% dos domicílios urbanos. No Relatório Inicial elaborado como primeiro produto deste trabalho de monitoramento, foram feitas inferências para a estimativa do déficit nas áreas urbanas de Porto Velho a partir dos dados publicados para o estado e da adoção de proporções baseadas em dados do Censo de 2000. Considerando a nova metodologia, obtiveram-se resultados que variaram entre 15,4% dos domicílios urbanos – com adoção do mesmo percentual de déficit habitacional encontrado nas áreas urbanas em 2000 - a 18,3% dos domicílios urbanos - adotando-se para este cálculo a representatividade do déficit habitacional nas áreas urbanas do município de Porto Velho em relação ao déficit habitacional no conjunto das áreas urbanas do Estado de Rondônia em 2000, que era de 36%. O resultado da pesquisa domiciliar de 2009, ou seja, os 17.961 domicílios representam 19,8% dos domicílios urbanos estimados a partir da amostra, portanto um aumento da ordem de 3,4% em relação a 2000 e de 1,5% em relação a 2007⁶.

Na tabela a seguir estão representados os resultados nas unidades comentadas.

Tabela 27 – Percentual do déficit habitacional relativo ao total de domicílios nas áreas urbanas do município de Porto Velho, Estado de Rondônia, Região Norte e Brasil em 2000, 2007 e 2009

| Unidade | Percentual em relação total de domicílios urbanos 2000 (1) | Percentual em relação total de domicílios urbanos 2007(2) | Percentual em relação total de domicílios urbanos 2009 (3) |
|--------------|--|---|--|
| Porto Velho | 15,4 | 18,3 | 19,8 |
| Rondônia | 12,9 | 13,6 | - |
| Região Norte | 24,8 | 16,2 | - |
| Brasil | 14,6 | 10,8 | -- |

(1) Fonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatísticas e Informações. *Déficit Habitacional no Brasil – Municípios Selecionados e Microrregiões Geográficas*. Belo Horizonte. 2005;

(2) Fonte: para Rondônia; Região Norte e Brasil: Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação- Fundação João Pinheiro. Centro de Estatísticas e Informações. *Déficit Habitacional no Brasil 2007*; Para Porto Velho: Práxis, Projetos e Consultoria a partir de dados da publicação citada e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

(3) Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009.

A análise da evolução da composição do déficit em Porto Velho é mais complexa tendo em vista as alterações introduzidas nas metodologias adotadas em 2000 e 2007, sendo esta última a referência para a estimativa feita em 2009 a partir da pesquisa domiciliar. Contudo, a principal observação a ser feita é que a despeito da significativa representatividade do componente “ônus com aluguel” em 2009, cerca de 22% do total do déficit, a coabitação, que em 2000 representava 91,7%, é mantida na condição de maior participação na composição do déficit em 2009, com o percentual de 65,3%.

⁶ As estimativas de déficit da cidade de Porto Velho apresentadas para 2007 no Relatório Inicial como referência consideraram dados dos domicílios das áreas urbanas do município, onde a cidade de Porto Velho tinha uma participação, de 95,8%, partindo-se da hipótese de a capital concentrar, até 2007, a maior parte do déficit habitacional do município.

6.2. Inadequação dos domicílios

A inadequação dos domicílios refere-se a características indesejáveis, porém que não implicam na necessidade de substituição ou constituição de outros domicílios. Consideram-se inadequados os domicílios próprios com adensamento excessivo de moradores; com carência de infraestrutura; com problemas de natureza fundiária; com cobertura inadequada, sem unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto grau de depreciação.

Ao contrário do que é feito no cálculo do déficit habitacional, em que se tem o objetivo de obter um número final de domicílios a serem ofertados e, para tanto, os critérios são excludentes, ou seja, um domicílio só entrará no cálculo uma vez, os critérios adotados para a inadequação habitacional não são mutuamente exclusivos, e, portanto, não devem ser somados sob risco de dupla contagem. Cada critério indica um montante de domicílios a serem focados em uma determinada política com a finalidade de resolver aquela inadequação. Assim, um mesmo domicílio pode ser objeto de uma política de construção de unidades sanitárias e de acesso à coleta de lixo domiciliar ou à rede de energia elétrica ou a qualquer um dos critérios que permitam sua adequação à função de moradia.

Consideram-se inadequados por carência de infraestrutura todos os domicílios que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo.

A inadequação por adensamento excessivo refere-se aos domicílios próprios⁷ (casas ou apartamentos) em que o número médio de moradores é superior a três por dormitório. O número de dormitórios, como definido para o cálculo do déficit habitacional, corresponde ao total de cômodos utilizados em caráter permanente como dormitório por residentes na moradia.

A inadequação fundiária refere-se aos casos em que há propriedade da moradia, mas não total ou parcial do terreno ou de sua fração ideal (no caso de apartamentos ou condomínios horizontais). Além das áreas caracterizadas como de ocupação informal, onde houve um processo de ocupação da gleba sem a aquisição da mesma, como nas demais grandes cidades brasileiras, há vários casos em que a propriedade do terreno não foi regularizada. Em Porto Velho essa questão é recorrente em razão do processo histórico de formação do estado de Rondônia e, por conseguinte, da cidade, antes um território da União, que detinha grande parte dos terrenos. Apesar do amplo projeto de regularização fundiária empreendido pela administração municipal atual, os dados revelam ainda um percentual significativo de situações de inadequação fundiária.

Quanto à cobertura, definem-se como inadequadas, segundo os critérios da Fundação João Pinheiro, aquelas feitas com madeira aproveitada, zinco, lata ou palha. Conquanto na zona rural do município de Porto Velho seja comum o uso da palha como cobertura, na cidade esse material é pouco utilizado, assim como a madeira aproveitada, a despeito da grande oferta de madeira e larga utilização nas paredes. A telha de amianto é a mais usada, em 82,4% das moradias. Embora tida como adequada, de certo pelo seu papel protetor contra chuvas, seu uso em locais com incidência de altas temperaturas, como na região norte do país, caracteriza o desconforto da moradia.

A inexistência de instalação sanitária exclusiva, que também caracteriza inadequação do domicílio, é menor em áreas urbanas, mas ocorre em situações onde mais de uma família utiliza uma única instalação comum ou a família utiliza instalações de locais não residenciais, instituições ou estabelecimentos de comércio e serviços. Em Porto Velho destaca-se o avanço em relação a esse

⁷ O adensamento excessivo em domicílios alugados compõe parte do déficit habitacional.

aspecto, pois em 2000 o percentual de domicílios sem instalação era de 3,7% e os resultados da pesquisa domiciliar em 2009 encontraram um percentual de menos de 0,7%.

Um último componente da inadequação refere-se à depreciação dos imóveis que apesar da necessidade de reparos não precisam ser repostos e, portanto, não constituem déficit. Porém, conforme explicitado no item anterior, a metodologia da Fundação João Pinheiro considerou este um indicador difícil de ser apreendido com dados da PNAD ou mesmo do Censo Demográfico, declinando da tarefa de estimá-lo. Considerando que a depreciação que indicaria déficit ou inadequação está associada em qualquer dos casos a domicílios com mais de 50 anos, levantou-se na pesquisa domiciliar este dado. Trata-se de um percentual pequeno, 0,7% dos domicílios, o que mostra a pequena relevância tanto para o cálculo do déficit, quanto para a inadequação.

Na tabela a seguir mostram-se os resultados da primeira pesquisa semestral para os critérios de inadequação das moradias e na próxima tabela são apresentados os resultados publicados pela Fundação João Pinheiro para 2000. Observa-se que houve uma melhoria representada pelos índices de inadequação no que se refere à carência de infraestrutura, adensamento excessivo (de domicílios próprios) e inexistência de instalação sanitária. Quanto à carência de infraestrutura é possível que nos próximos levantamentos verifique-se uma melhoria ainda maior em função da implantação em curso de rede coletora de esgotos na cidade. Já quanto à inexistência de instalação sanitária, o dado publicado pela Fundação João Pinheiro para o ano de 2000 parece ter considerado apenas a inexistência do banheiro (e não da instalação sanitária e banheiro), sendo o percentual de domicílios com as características de inadequação informado pelo IBGE igual a 3,7% na zona urbana do município de Porto Velho, o que ainda assim indica a melhoria da situação.

Tabela 28 – Inadequação dos domicílios urbanos da cidade de Porto Velho – 2009

| Componentes | Absoluto | % em relação ao total de domicílios urbanos |
|--|----------|---|
| Carência de infraestrutura (pelo menos um) | 54.936 | 60,6 |
| Adensamento excessivo | 5.953 | 6,6 |
| Inadequação fundiária | 5.708 | 6,3 |
| Cobertura inadequada | 158 | 0,2 |
| Inexistência de instalação sanitária exclusiva | 607 | 0,7 |

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

Tabela 29 – Inadequação dos domicílios urbanos da cidade de Porto Velho – 2000

| Componentes | % em relação ao total de domicílios urbanos |
|--|---|
| Carência de infraestrutura (pelo menos um) | 69,13 |
| Adensamento excessivo | 9,48 |
| Inadequação fundiária | 2,95 |
| Cobertura inadequada | - |
| Inexistência de instalação sanitária exclusiva | 21,16 |

Fonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatísticas e Informações. Déficit Habitacional no Brasil – Municípios Selecionados e Microrregiões Geográficas. Belo Horizonte. 2005

7. ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH

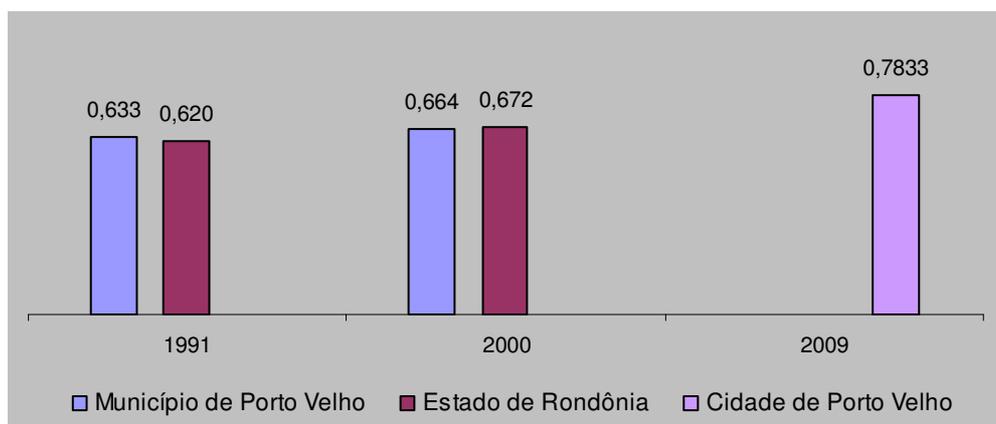
O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH foi calculado para a cidade de Porto Velho seguindo-se a metodologia das Nações Unidas utilizada pela Fundação João Pinheiro e Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, conforme será apresentado a seguir.

7.1. IDH - Longevidade

O IDH – Longevidade, segundo a metodologia, traduz as condições de saúde da população e é obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer através da fórmula: (valor observado do indicador - limite inferior) / (limite superior - limite inferior), onde o limite inferior foi estabelecido em 25 anos e o superior em 85 anos. A esperança de vida ao nascer estimada para a cidade de Porto Velho utilizando-se os dados da Pesquisa Semestral e do Registro Civil foi de 72 anos⁸. Este resultado permite que se estime o IDH – Longevidade para a cidade de Porto Velho em 0,7833, um índice considerado compatível com localidades de desenvolvimento médio, onde o limite do IDH varia de 0,50 e 0,80. Valores de IDH acima de 0,80 a 1,00 são considerados índices de localidades de alto desenvolvimento.

Comparando-se com os dados para o município de Porto Velho nos anos anteriores, estimados pela FJP/IPEA, observa-se uma melhoria do índice (ver Gráfico 13), que pode refletir tanto melhores condições de saúde para a área urbana que para a rural, como um aumento mais abrangente da condição de saúde em todo o município nos últimos anos (os dados da cidade de Porto Velho têm alta representação no total do município). Tal resultado indica, principalmente, redução da mortalidade infantil, visto que a esperança de vida ao nascer é muito sensível às mortes que ocorrem no primeiro ano de vida. Segundo dados do Índice de Desenvolvimento Básico no Brasil de 2008, em Rondônia a mortalidade infantil caiu 19% de 2000 a 2006⁹ (RIPSA, 2008).

Gráfico 13 – Índice de Desenvolvimento Humano – Longevidade – Município de Porto Velho e Rondônia - 1991 e 2000 e Cidade de Porto Velho - 2009



Fonte: IPEA/FJP/PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000 (dados básicos)
Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

⁸ Segundo dados do IBGE, em 2008 a esperança de vida ao nascer para Rondônia era de 71,5 anos. O método direto, calculado a partir dos dados de mortalidade do registro civil sem correção apresentou uma esperança de vida ao nascer de 75 anos, subestimando a mortalidade.

⁹ A Taxa de Mortalidade Infantil em Rondônia passou de 25,41 em 2000 para 20,5 em 2006 (RIPSA, 2008).

7.2. IDH - Educação

O IDH – Educação, que indica o acesso da população à escola e ao estudo, é obtido a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de frequência à escola, convertidas em índices pela fórmula (valor observado - limite inferior) / (limite superior - limite inferior), com limite inferior igual a 0% e superior igual a 100%, sendo o índice final a média dos dois valores, com peso dois para a taxa de alfabetização e peso um para a taxa bruta de frequência escolar. Para a estimativa da taxa de alfabetização foi considerada na pesquisa o percentual de pessoas com idade igual ou superior a 15 anos que responderam “nunca estudou ou só assina o nome” para a questão sobre escolaridade. A taxa de frequência à escola considera a proporção de pessoas entre sete e 22 anos que responderam “sim” para a questão “Está estudando?”. Os resultados da pesquisa para a cidade de Porto Velho são mostrados na Tabela 30.

Tabela 30 – Distribuição da população com idade igual ou superior a sete anos que freqüentam a escola e que são alfabetizadas – cidade de Porto Velho, setembro de 2009

| Grupo de idade (anos) | População | | | | | |
|--------------------------|------------|--------|---------------------|-------------|------------------|-------------|
| | Total | | Sabe ler e escrever | | Freqüenta escola | |
| | Habitantes | % | Habitantes | % | Habitantes | % |
| 7 a 9 | 19.205 | 100,0 | 19.205 | 100,0 | 19.049 | 99,2 |
| 10 a 14 | 37.195 | 100,0 | 37.195 | 100,0 | 35.865 | 96,4 |
| 15 a 22 | 64.946 | 100,00 | 64.946 | 100,0 | 39.018 | 60,1 |
| 7 a 22 anos | 121.346 | 100,0 | 121.346 | 100,0 | 93.933 | 77,4 |
| 15 anos e mais | 272.057 | 100,0 | 260.398 | 95,7 | 37.791 | 13,9 |

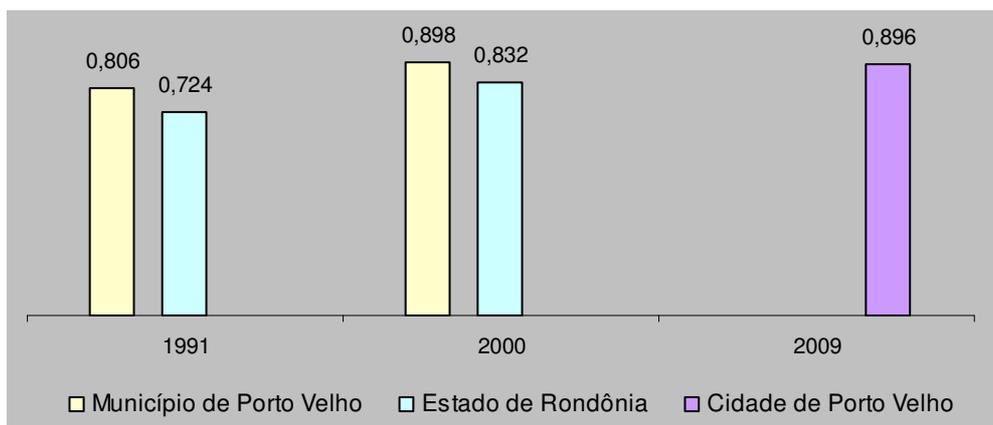
Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

A tabela mostra que 95,7% das pessoas com 15 anos ou mais de idade sabem ler e escrever, enquanto 77,4% da população entre 7 e 22 anos ainda permanecem na escola. Merece comentário o resultado mostrado na tabela de taxa zero de analfabetismo de pessoas com idade inferior a 22 anos, indicando uma tendência de universalidade da alfabetização nos próximos anos. Da mesma forma tem-se uma cobertura de quase 100% de crianças entre sete a nove anos na escola, sendo, contudo, expressiva a queda no indicador após os 15 anos de idade, quando os jovens iniciam os cursos de 2º Grau.

A média ponderada entre os dois indicadores foi utilizada para o cálculo do IDH – Educação, com resultado igual a 0,896. Conforme mostrado no Gráfico 14, este valor, para a cidade, encontra-se abaixo da estimativa realizada pela FJP/IPEA para o município em 2000, resultado que deve ser considerado com certa cautela tendo em vista que as informações utilizadas, baseadas em uma amostra da população da cidade, estão sujeitas a erros de estimativa, conforme já mencionado (esta diferença mínima encontra-se dentro do intervalo de confiança para o resultado obtido).

É interessante ressaltar, contudo, que tanto a cidade como o município de Porto Velho já se encontram em um alto patamar no que diz respeito ao IDH – Educação, sendo a alternativa para melhoria deste índice ações visando manter por mais tempo na escola as pessoas entre 15 e 22 anos.

Gráfico 14 – Índice de Desenvolvimento Humano – Educação – Município de Porto Velho e Rondônia - 1991 e 2000 e Cidade de Porto Velho - 2009



Fonte: IPEA/FJP/PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000 (dados básicos)
Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

7.3. IDH - Renda

O indicador IDH – Renda que traduz o acesso da população ao mercado de bens e serviços “é obtido a partir do indicador renda per capita média, através da fórmula: $[\ln(\text{valor observado do indicador}) - \ln(\text{limite inferior})] / [\ln(\text{limite superior}) - \ln(\text{limite inferior})]$. Para os cálculos referentes ao ano 2000 foi adotada a renda familiar média per capita, associando-se esse valor aos parâmetros internacionais de renda através de resultados do PIB per capita. O mínimo considerado foi R\$3,90 enquanto o máximo situou-se em R\$1.560,17 quando o salário mínimo em vigor era R\$ 151,00, devendo ser adaptado para novos valores em 2.009. Decidiu-se por um ajuste simples a partir da variação do salário mínimo, passando o limite inferior para R\$ 12,01 e o superior para R\$ 4.804,50.

A Tabela 31 mostra os resultados da pesquisa para a distribuição do rendimento domiciliar médio per capita na cidade de Porto Velho no mês de setembro de 2009. A partir destes resultados tem-se um valor médio igual a R\$ 754,13 para o total da população, obtendo-se um IDH – Renda igual a 0,691, mostrado no Gráfico 15 para que possa se comparar o mesmo com estimativas anteriores do indicador para o estado e o município.

Conforme mostrado no gráfico, o resultado para a cidade de Porto Velho em 2009 é menor que para o município de Porto Velho em 2000, situando-se em patamar similar àquele calculado anteriormente para o município em 1991.

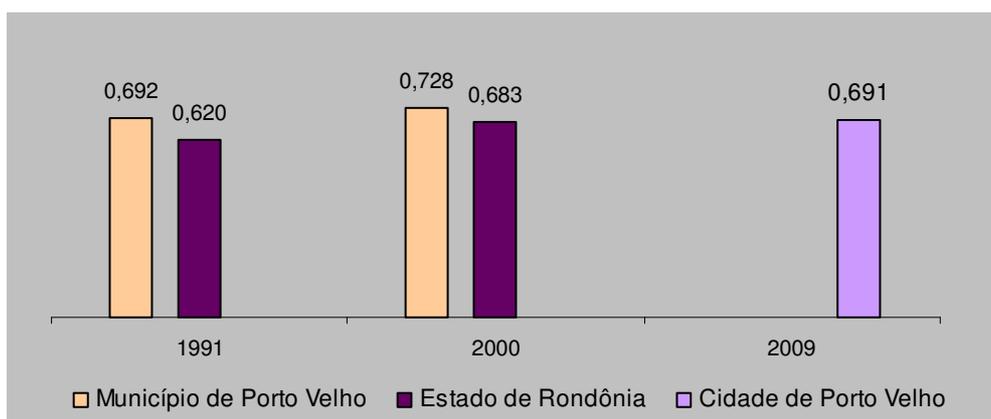
Este resultado deve ser olhado com ressalvas em função do mesmo derivar-se de uma pesquisa amostral que implica em um intervalo de confiança para a média que dificulta a apreensão de variações pouco significativas (como é o caso de IDHs neste patamar). Em segundo lugar porque as estimativas de renda declarada apresentam sempre imprecisões associadas às possibilidades de erros de declaração, principalmente quando a informação não é fornecida pela pessoa que percebe a renda (o questionário foi respondido pelo responsável, de preferência, sendo admitido também o cônjuge e, em alguns casos, outro morador adulto do domicílio). Tem-se também para esta informação uma frequência mais alta de não respostas que acontecem principalmente para as faixas de renda mais alta. Resultados de novas pesquisas a serem realizadas poderão fornecer mais subsídios para a análise, permitindo comparações mais confiáveis entre as estimativas para a cidade e o restante do município.

Tabela 31 - Distribuição dos domicílios pesquisados segundo o rendimento domiciliar médio mensal per capita, Porto Velho, Setembro de 2009

| Rendimento domiciliar médio mensal per capita | Número de domicílios | | Rendimento domiciliar médio mensal per capita | |
|---|----------------------|--------------|---|----------------|
| | Absoluto | % | R\$1,00 | Salário mínimo |
| Até 1/4 salário mínimo | 5.967 | 6,6 | 91,14 | 0,196 |
| Mais de 1/4 até 1/2 salário mínimo | 16.177 | 17,8 | 187,84 | 0,404 |
| Mais de 1/2 até 1 salário mínimo | 26.432 | 29,1 | 351,50 | 0,756 |
| Mais de 1 até 2 salário mínimo | 22.725 | 25,1 | 669,05 | 1,439 |
| Mais de 2 até 3 salário mínimo | 7.739 | 8,5 | 1.130,93 | 2,432 |
| Mais de 3 a 5 salário mínimo | 6.275 | 6,9 | 1.762,74 | 3,791 |
| Mais de 5 salário mínimo | 5.366 | 5,9 | 3.819,07 | 8,213 |
| Total | 90.682 | 100,0 | 754,13 | 1,622 |

Fonte: Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Domiciliar 1, setembro de 2009

Gráfico 15 – Índice de Desenvolvimento Humano – Renda – Município de Porto Velho e Rondônia - 1991 e 2000 e Cidade de Porto Velho - 2009



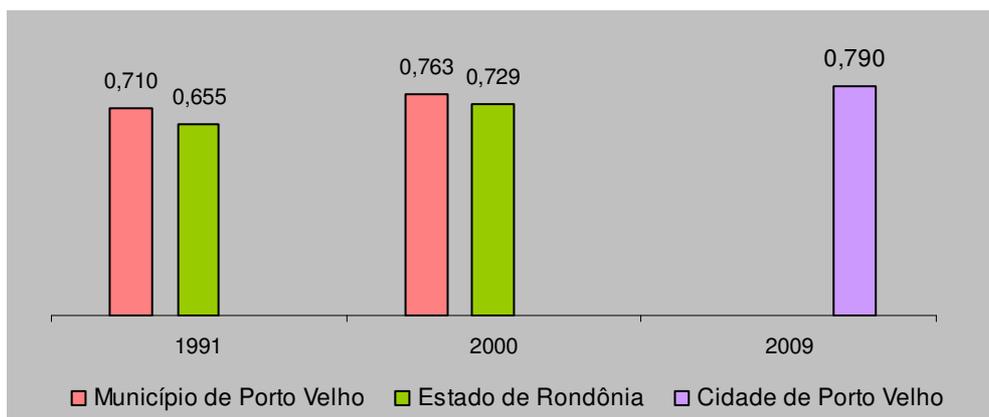
Fonte: IPEA/FJP/PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000 (dados básicos)
Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

7.4. IDH – M – Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) é obtido através da combinação dos três componentes básicos apresentados anteriormente, quais sejam: longevidade, educação e renda, calculado como a média aritmética entre os três valores estimados. O resultado para a cidade de Porto Velho, em setembro de 2009, é, assim, igual a 0,790, conforme mostrado no Gráfico 16, um valor bem próximo ao extremo superior do intervalo considerado como desenvolvimento humano médio (0,800).

Apesar das quedas verificadas nos indicadores para a educação e a renda o resultado global para a cidade de Porto Velho ainda é ligeiramente superior àquele estimado para o município no início da década, isto em função da significativa elevação ocorrida no IDH – Longevidade. Novas pesquisas, bem como os resultados do Censo Demográfico 2010 poderão fornecer melhores condições para a análise da informação.

Gráfico 17 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Município de Porto Velho e Rondônia - 1991 e 2000 e Cidade de Porto Velho - 2009



Fonte: IPEA/FJP/PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000 (dados básicos)
Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

8. AVALIAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO EMPREGO, RENDA E SERVIÇOS

Neste capítulo apresentam-se os resultados da avaliação solicitada aos entrevistados sobre as alterações ocorridas na cidade de Porto Velho no período de julho de 2008 até setembro de 2009 em relação aos temas emprego e renda, educação, segurança, lazer e saúde. Em todas as questões colocadas solicitava-se ao entrevistado escolher uma das seguintes respostas: melhorou; não alterou, continua igual; melhorou por um lado e piorou por outro e piorou. Caso a pessoa tenha percebido alterações, solicitava-se uma justificativa para a resposta. Estas justificativas permitiram que se analisassem as alterações ocorridas na cidade de Porto Velho no período considerado.

8.1. Trabalho e renda

A questão sobre trabalho e renda foi colocada de uma forma geral, sem qualquer esclarecimento para o entrevistado quanto ao aspecto que deveria observar para fazer sua avaliação. É interessante notar que uma proporção significativa de pessoas forneceu respostas relativas a alterações em sua condição pessoal, ou de sua família, às vezes demonstrando certa insatisfação por não ter havido melhorias; outros, contudo, focalizaram sua atenção nas alterações ocorridas na cidade de Porto Velho, apresentando respostas bastante abrangentes e diversificadas sobre vários ângulos da questão.

No Gráfico 18, a seguir, pode-se observar que metade dos entrevistados faz uma avaliação positiva das alterações no emprego e na renda escolhendo como resposta a alternativa “melhorou” (50,8% do total). Logo a seguir têm-se aqueles que não observaram alteração alguma (37,3% do total), a maioria esclarecendo que para eles tudo continuava como antes, sem mudanças significativas. Somente 5,3% escolheram a resposta “piorou”, opção superada inclusive pela avaliação mais genérica da observação tanto de aspectos positivos como de negativos (6,6%).

Gráfico 18 – Avaliação das alterações identificadas no trabalho e na renda



Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

As justificativas para as respostas fornecidas são bastante diversificadas, conforme já mencionado, variando desde uma alteração extremamente positiva, como “*está sobrando emprego na cidade. Muitas vagas. Só não trabalha quem não quer*” até outras intensamente negativas do tipo “*as supostas melhorias são apenas falatórios*”. Entre as respostas intermediárias têm-se avaliações como “*melhorou para umas pessoas, para outras está até pior. Tem emprego para muita gente que estava desempregada, mas o salário é baixo*”; “*os recursos e investimentos pelas esferas do estado geraram muitas melhorias. Tenho medo é dos próximos anos, principalmente ao findar as obras das usinas hidrelétricas*”. A tabela a seguir apresenta de forma sucinta os resultados obtidos. Algumas pessoas fornecem mais de uma explicação para sua avaliação, justificando assim um número de respostas superior ao das pessoas que emitiram sua opinião.

Na Tabela 32a têm-se as respostas daqueles que avaliaram como positivas as alterações no emprego e na renda. Pode-se ver que o principal motivo apresentado, “maior oferta de trabalho e menos desemprego”, é a explicação mais freqüente e direta sobre o tema. As respostas seguintes fazem esta mesma assertiva, acrescentando-se, porém, alguns detalhes, como a associação do emprego com as usinas hidrelétricas, a construção civil, a abertura ou expansão de empresas na cidade, o dinamismo do mercado com maior circulação de dinheiro e aumento de renda, a expansão do setor comercial, a importância dos recursos públicos, etc.. Há menções a aspectos importantes como a qualificação dos trabalhadores e as oportunidades abertas para os jovens.

Tabela 32a – Motivos apresentados para a avaliação positiva das alterações no trabalho e na renda – cidade de Porto Velho, setembro 2009

| Avaliação positiva: melhoraram as condições de emprego e renda | Absoluto | % |
|---|----------|-------|
| Pelos seguintes motivos: | | |
| Maior oferta de trabalho, menos desemprego | 29.548 | 50,2 |
| Mais oportunidades de emprego com as usinas hidrelétricas | 6.804 | 11,6 |
| Aumentou a renda da família, tem mais circulação de dinheiro | 6.565 | 11,2 |
| Mais emprego na construção civil | 5.029 | 8,5 |
| Aumentou o número de empresas | 3.439 | 5,8 |
| Aumentou a população, mais gente, mais movimento | 1.738 | 3,0 |
| Melhorou principalmente para o setor comercial | 1.294 | 2,2 |
| Mais investimento em projetos governamentais | 910 | 1,5 |
| Aumento dos cursos profissionalizantes, mais pessoas qualificadas | 813 | 1,4 |
| Melhorou para quem tem qualificação | 368 | 0,6 |
| Usinas investiram na qualificação dos trabalhadores | 295 | 0,5 |
| Estão contratando pessoas sem experiência e portadores de deficiências | 205 | 0,3 |
| Maior renda e mais emprego desde que o atual presidente assumiu | 137 | 0,2 |
| Subtotal | 57.145 | 97,2 |
| Apesar de chamar atenção para os seguintes aspectos negativos: | | |
| A renda piorou e os salários continuam baixos | 488 | 0,8 |
| Falta mão-de-obra qualificada, faltam pessoas capacitadas | 429 | 0,7 |
| Renda está igual mas o custo de vida aumentou | 373 | 0,6 |
| Em algumas áreas não houve alteração, como no turismo | 137 | 0,2 |
| Não tem oportunidades para quem não tem experiência, jovens e analfabetos | 109 | 0,2 |
| Diminuiu o poder de compra, aumentou o custo de vida | 81 | 0,1 |
| Não há vaga de trabalho para as mulheres | 57 | 0,1 |
| Subtotal | 1.674 | 2,8 |
| Total | 58.819 | 100,0 |

É interessante notar também que apesar de terem concluído pela avaliação positiva, algumas pessoas não deixaram de ressaltar a presença de fatores negativos em relação às variações observadas no trabalho e na renda, como a manutenção de baixos salários, o aumento do custo de vida, a maior dificuldade dos jovens e das pessoas sem experiência ou sem qualificação para aproveitar as oportunidades.

Na Tabela 32b têm-se as justificativas para a avaliação negativa. Pode-se observar que o motivo principal apresentado, 46,1% das respostas, é composto, na verdade por uma associação de justificativas que significa uma diminuição no poder de compra das pessoas, ou seja, “a renda não aumentou, os salários continuam baixos e o custo de vida subiu”. A segunda justificativa apresentada é a falta de emprego, o pequeno número de postos de serviço. A seguir há uma dispersão de motivos pouco significantes, que não deixam, contudo, de mostrar aspectos relevantes da situação, como a dificuldade de inserção no mercado de pessoas com nível mais alto de qualificação, a concentração das oportunidades em poucos ramos de atividade, o aumento da informalidade no trabalho, etc.

Tabela 32b – Motivos apresentados para a avaliação negativa das alterações no trabalho e na renda – cidade de Porto Velho, setembro 2009

| Avaliação negativa: pioraram as condições de emprego e renda | Absoluto | % |
|---|----------|-------|
| Pelos seguintes motivos: | | |
| A renda piorou ou estagnou, os salários continuam baixos e custo de vida aumentou | 3.546 | 46,1% |
| Falta emprego, são poucos os postos de serviço | 1.399 | 18,2 |
| Não tem boas ofertas de emprego, difícil achar bons empregos | 721 | 9,4 |
| Aumentou a população, mais gente, maior competição | 330 | 4,3 |
| Não tem oportunidades para quem não tem experiência ou analfabetos | 315 | 4,1 |
| Piorou o comércio informal | 293 | 3,8 |
| Não tem muitas pessoas com carteira assinada | 293 | 3,8 |
| A Usina Santo Antonio não valoriza a mão-de-obra | 247 | 3,2 |
| Emprego somente para a construção civil, só para trabalho braçal | 178 | 2,3 |
| Oferta reduzida de trabalho para quem tem mais qualificação | 122 | 1,6 |
| Não há vaga de trabalho para as mulheres, mais para homens | 112 | 1,5 |
| Subtotal | 7.554 | 98,1 |
| Apesar de chamar atenção para os seguintes aspectos positivos: | | |
| Maior oferta de trabalho, menos desemprego | 150 | 1,9 |
| Total | 7.704 | 100,0 |

Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

A última tabela apresentada neste item mostra as justificativas das pessoas que observam duas direções para as alterações, sem optarem pelo predomínio de uma delas. Pode-se verificar que as justificativas apresentadas com maior frequência, tanto para os que forneceram avaliações positivas como para aqueles que optaram pela avaliação negativa, são bem similares às das tabelas apresentadas anteriormente, como seria de se esperar, com predominância das mesmas justificativas já analisadas.

Tabela 32c – Motivos apresentados por aqueles que identificam variações positivas e negativas no trabalho e na renda – cidade de Porto Velho, setembro 2009

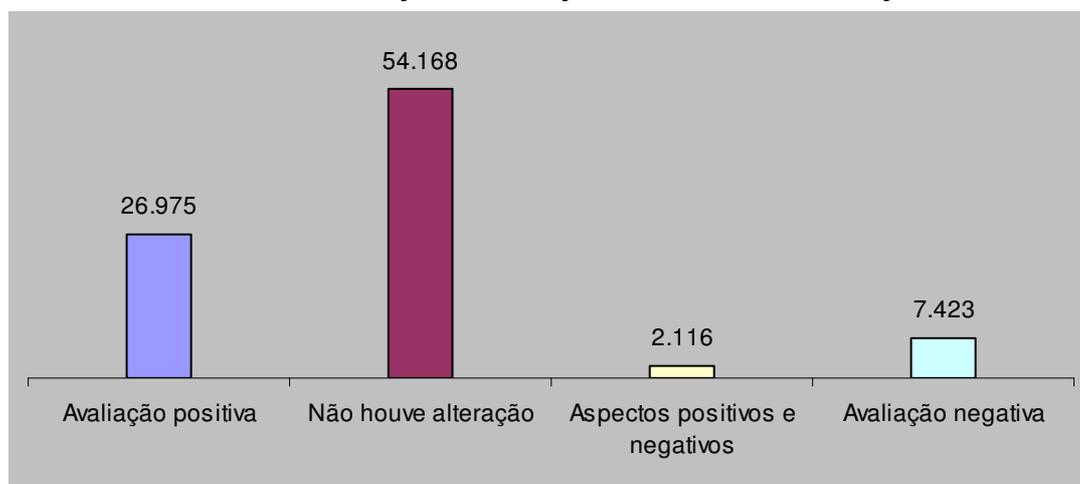
| Vê aspectos positivos e negativos | Absoluto | % |
|--|---------------|--------------|
| Apresenta os seguintes aspectos positivos: | | |
| Maior oferta de trabalho, menos desemprego | 3.676 | 35,9 |
| Aumentou a renda da família, circulação de dinheiro, salário maior, teve ajuste salarial | 437 | 4,3 |
| Mais pessoas, população maior, maior competição, muita concorrência | 299 | 2,9 |
| Mais oportunidades de emprego com as usinas hidrelétricas | 254 | 2,5 |
| Mais emprego devido às novas construções civis, na construção civil | 243 | 2,4 |
| Melhorou para quem tem qualificação | 137 | 1,3 |
| Aumento do número de empresas, mais empresas | 84 | 0,8 |
| Mais investimento do governo, aumento de emprego nos projetos governamentais | 84 | 0,8 |
| Subtotal | 5.213 | 51,0 |
| Apresenta os seguintes aspectos negativos: | | |
| A renda piorou ou estagnou, os salários continuam baixos e custo de vida aumentou | 4.363 | 42,6 |
| Não tem oportunidades para quem não tem experiência, jovens e analfabetos | 248 | 2,4 |
| Emprego somente para a construção civil, só existe vagas para o trabalho braçal | 158 | 1,5 |
| Falta mão-de-obra qualificada, faltam pessoas capacitadas | 122 | 1,2 |
| Não há vaga de trabalho para as mulheres, mais vagas de trabalho para homens | 122 | 1,2 |
| Subtotal | 5.013 | 49,0 |
| Total | 10.226 | 100,0 |

Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

8.2. Educação

O resultado das avaliações das alterações nos serviços educacionais é mostrado no Gráfico 19, onde pode ser verificado o predomínio da não identificação de alterações nas condições de educação na cidade (59,73% do total). A avaliação positiva ocupa a segunda posição – 29,8% do total – sendo mínima a proporção dos que acreditam que a educação piorou nos últimos dois anos (2,3%).

Gráfico 19 – Avaliação das alterações identificadas na educação



Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

As justificativas para os que avaliaram a educação de forma positiva são mostradas na Tabela 33a. Pode-se ver que todos os entrevistados com esta opinião colocam um conjunto diversificado de justificativas, todas elas mostrando melhorias no setor educacional sob diversos aspectos que

envolvem o corpo docente, a organização do ensino, os investimentos em educação e a infra-estrutura educacional. As três justificativas com maior frequência são a melhor qualificação dos professores, a boa qualidade do ensino, a educação mais acessível e o maior investimento em educação.

Tabela 33a – Motivos apresentados para a avaliação positiva das alterações na educação – cidade de Porto Velho, setembro 2009

| Avaliação positiva: melhoraram as condições de educação | Absoluto | % |
|---|---------------|--------------|
| Pelos seguintes motivos: | | |
| Os professores são mais qualificados, bom ensino | 7.700 | 25,0 |
| A educação está mais acessível | 6.153 | 20,0 |
| Tem mais investimento na educação, mais atenção, mais atualização | 4.537 | 14,8 |
| Construíram mais escolas | 2.290 | 7,4 |
| Tem mais faculdades | 1.942 | 6,3 |
| Mais opções de cursos | 1.855 | 6,0 |
| As escolas estão mais estruturadas | 1.758 | 5,7 |
| Tem mais educadores, mais professores | 1.609 | 5,2 |
| Reformaram as escolas | 944 | 3,1 |
| Houve investimento em tecnologia, computadores | 659 | 2,1 |
| Professores estão mais motivados, não tem mais greves | 361 | 1,2 |
| A merenda é boa e gratuita | 317 | 1,0 |
| Mais opções de cursos | 203 | 0,7 |
| Os uniformes são gratuitos | 122 | 0,4 |
| Melhor acesso à informação | 112 | 0,4 |
| Melhorou a higiene | 112 | 0,4 |
| As usinas forneceram carros e carteiras para as escolas | 84 | 0,3 |
| Total | 30.760 | 100,0 |

Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

Tanto as justificativas apresentadas por aqueles que fizeram avaliações negativas como as daqueles que observaram aspectos positivos e negativos na educação nos últimos dois anos apresentam grande dispersão entre um conjunto grande de resultados. Não há um motivo que sobressaia entre os outros de forma significativa, em função do número restrito de pessoas na amostra que optaram pela resposta “piorou” ou “melhorou por um lado e piorou por outro”. Considerou-se interessante apresentar a lista completa de justificativas, conforme Tabelas 33b e 33c, mesmo que estas não sejam estatisticamente significantes, visando possíveis comparações com resultados das próximas pesquisas a serem realizadas. É interessante observar, por outro lado, que a falta de vagas, ou dificuldades de atendimento ao aumento da demanda nas escolas, aparentemente, não é um problema que tenha sido observado pela população entrevistada na pesquisa.

Tabela 33b – Motivos apresentados para a avaliação negativa das alterações na educação – cidade de Porto Velho, setembro 2009

| Avaliação negativa: pioraram as condições de educação | Absoluto | % |
|---|--------------|--------------|
| Pelos seguintes motivos: | | |
| Professores sem qualificação | 1.238 | 15,9 |
| Estrutura das escolas públicas está precária | 1.178 | 15,1 |
| Houve piora da qualidade de ensino | 1.077 | 13,8 |
| Falta incentivo salarial para os professores | 864 | 11,1 |
| Faltam vagas | 747 | 9,6 |
| Faltam professores | 740 | 9,5 |
| Há muito desrespeitos com os educadores | 731 | 9,4 |
| Desinteresse dos professores e alunos com os estudos, em atualizações | 469 | 6,0 |
| Tem mais pessoas, população maior, salas de aula cheias | 277 | 3,5 |
| Falta incentivo do governo, pouca iniciativa governamental | 153 | 2,0 |
| Tem muita violência nas escolas | 93 | 1,2 |
| Os alunos não são respeitados | 93 | 1,2 |
| Resultados nas provas do ENEM são ruins | 71 | 0,9 |
| Falta material | 71 | 0,9 |
| Total | 7.802 | 100,0 |

Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

Tabela 33c – Motivos apresentados por aqueles que identificam variações positivas e negativas na educação – cidade de Porto Velho, setembro 2009

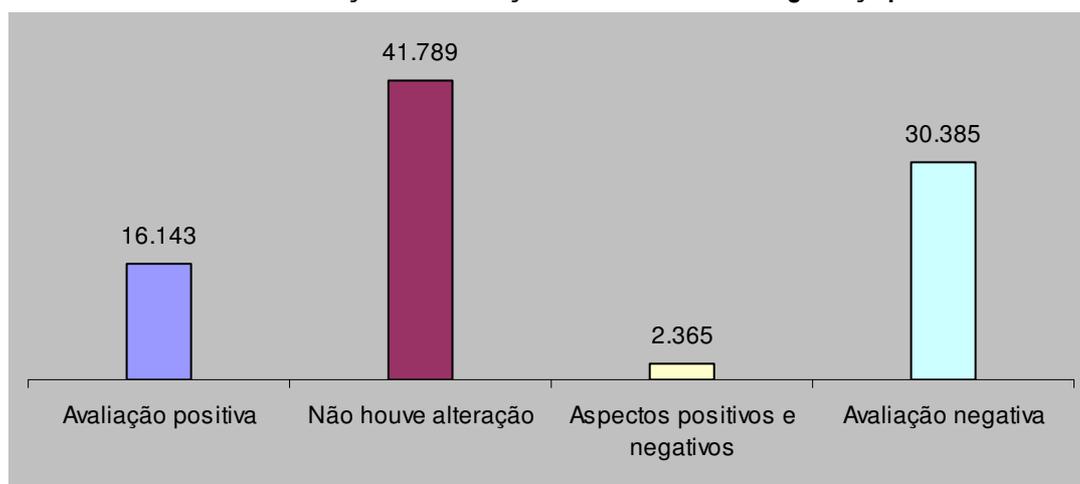
| Vê aspectos positivos e negativos | Absoluto | % |
|---|--------------|--------------|
| Apresenta os seguintes aspectos positivos: | | |
| As escolas estão mais estruturadas | 483 | 15,3 |
| A educação está mais acessível | 361 | 11,4 |
| Os professores são mais qualificados, bom ensino | 224 | 7,1 |
| Tem mais investimento na educação, mais atenção, mais atualização | 193 | 6,1 |
| As usinas forneceram carros e carteiras para as escolas | 132 | 4,2 |
| As escolas particulares melhoraram | 127 | 4,0 |
| Construíram mais escolas | 71 | 2,3 |
| Subtotal | 1.591 | 50,2 |
| Apresenta os seguintes aspectos negativos: | | |
| Professores sem qualificação | 288 | 9,1 |
| Tem mais pessoas, população maior, salas de aula cheias | 249 | 7,9 |
| Estrutura das escolas públicas está precária | 234 | 7,4 |
| Falta incentivo salarial para os professores | 195 | 6,2 |
| Houve piora da qualidade de ensino | 183 | 5,8 |
| As escolas particulares melhoraram | 127 | 4,0 |
| Tem muita violência nas escolas | 117 | 3,7 |
| Desinteresse dos professores e alunos com os estudos, em atualizações | 112 | 3,5 |
| Há muito desrespeitos com os educadores | 71 | 2,3 |
| Subtotal | 1.576 | 49,8 |
| Total | 3.166 | 100,0 |

Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

8.3. Segurança

No que se refere à segurança pública, a resposta com maior frequência, assim como na educação, é que não houve alteração nos serviços entre 2008 e 2009 (46,1% dos entrevistados). No caso da segurança, entretanto, o número de avaliações negativas supera o das positivas, indicando queda na qualidade dos serviços nos últimos dois anos: um terço dos entrevistados considera que a segurança piorou, conforme mostrado no Gráfico 20. A proporção dos que acreditam que o serviço melhorou ocupa o terceiro lugar no total e não pode ser considerada desprezível, uma vez que representa 17,8% do total de entrevistados.

Gráfico 21 – Avaliação das alterações identificadas na segurança pública



Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

Na Tabela 34a são apresentadas as justificativas dos que avaliaram a segurança de forma positiva. Verifica-se uma grande concentração em torno da observação de um maior número de policiais nas ruas, sendo as outras respostas com alguma significância a diminuição da criminalidade e o aumento no número de novas viaturas.

Tabela 34a – Motivos apresentados para a avaliação positiva das alterações na segurança pública – cidade de Porto Velho, setembro 2009

| Avaliação positiva: melhoraram as condições de segurança pública | Absoluto | % |
|--|---------------|--------------|
| Pelos seguintes motivos: | | |
| É grande número de policiais (mais policiais) nas ruas | 11.772 | 68,2 |
| Diminuiu a criminalidade | 1.776 | 10,3 |
| Compraram novas viaturas (mais viaturas) | 1.512 | 8,8 |
| Mais agilidade no setor efetivo | 970 | 5,6 |
| Houve mais investimentos em segurança pública | 829 | 4,8 |
| Aumentou o policiamento no bairro | 302 | 1,8 |
| O aparato policial melhorou | 93 | 0,5 |
| Total | 17.254 | 100,0 |

Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

Entre as justificativas para as avaliações negativas, mostradas na Tabela 34b, quatro motivos se destacam: a falta de policiamento nas ruas, o aumento do número de assaltantes, o aumento populacional e o pequeno número de policiais nas ruas, respostas que mostram justamente o contrário do observado por aqueles que fizeram uma avaliação positiva. Essa aparente contradição indica uma

cobertura diferenciada do policiamento na cidade, com alguns moradores observando um aumento do policiamento enquanto outros registram uma diminuição. Estes últimos, provavelmente, residem em bairros mais periféricos, pois, segundo um dos entrevistados, “*falta policiamento nas periferias. Tem que ficar de boca fechada. Os menores de idade estão andando armados*”.

Tabela 34b – Motivos apresentados para a avaliação negativa das alterações na segurança pública – cidade de Porto Velho, setembro 2009

| Avaliação negativa: pioraram as condições de segurança pública | Absoluto | % |
|---|---------------|--------------|
| Pelos seguintes motivos: | | |
| Não tem policiamento nas ruas, não tem segurança | 10.198 | 25,4 |
| Aumentaram os assaltos, a violência. Tem mais assaltantes | 9.255 | 23,0 |
| Mais gente, população maior, aumentam os problemas | 6.740 | 16,8 |
| O número de policiais (menos policiais) nas ruas é muito pequeno | 5.319 | 13,2 |
| Aumentou a marginalidade | 2.515 | 6,3 |
| Falta investimento em infraestrutura (iluminação das vias públicas) | 1.328 | 3,3 |
| O aparato policial não é bom | 1.059 | 2,6 |
| Aqui tem muito bandido | 1.048 | 2,6 |
| Os policiais não são qualificados | 925 | 2,3 |
| Aumentaram os acidentes | 608 | 1,5 |
| Houve mais investimento mas não adiantou | 376 | 0,9 |
| Tem muita corrupção na polícia | 275 | 0,7 |
| Deveria ter uma guarda municipal | 183 | 0,5 |
| É grande número de policiais (mais policiais) nas ruas | 137 | 0,3 |
| Os policiais fazem muito greve, faltam incentivos salariais | 122 | 0,3 |
| Tem gente demais confiando nas usinas, o povo fica frustrado e violento | 112 | 0,3 |
| Total | 40.201 | 100,0 |

Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

Na Tabela 34c têm-se justificativas similares para os vêm aspectos positivos e negativos na segurança.

Tabela 34c – Motivos apresentados por aqueles que identificam variações positivas e negativas na segurança pública – cidade de Porto Velho, setembro 2009

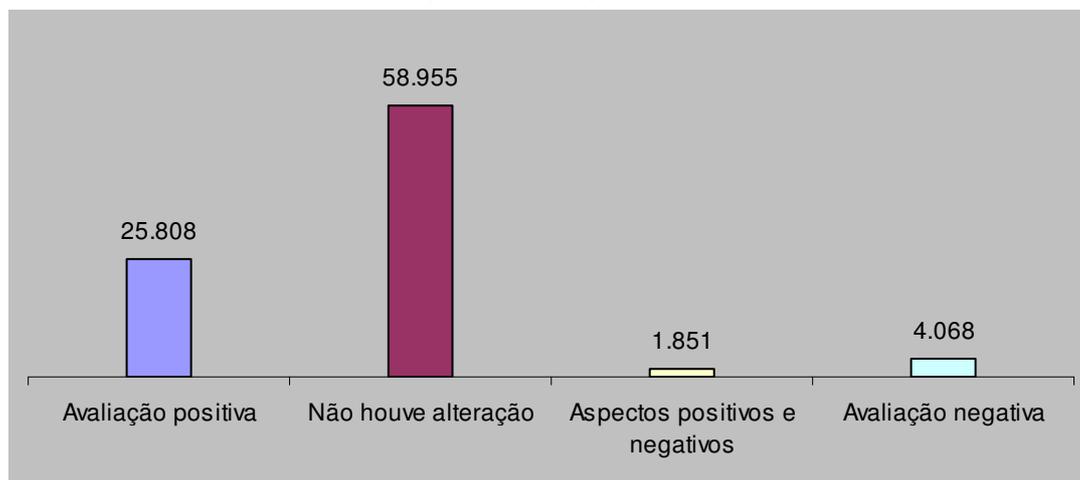
| Vê aspectos positivos e negativos | Absoluto | % |
|--|--------------|--------------|
| Apresenta os seguintes aspectos positivos: | | |
| É grande número de policiais (mais policiais) nas ruas | 1.042 | 28,3 |
| Compraram novas viaturas (mais viaturas) | 341 | 9,2 |
| Mais agilidade no setor efetivo | 316 | 8,6 |
| Aumentou o policiamento nos bairros | 230 | 6,2 |
| Houve mais investimentos em segurança pública | 112 | 3,0 |
| Tem boa segurança no centro | 84 | 2,3 |
| O aparato policial não é bom | 81 | 2,2 |
| Subtotal | 2.206 | 50,2 |
| Apresenta os seguintes aspectos negativos: | | |
| Aumentaram os assaltos, a violência. Tem mais assaltantes | 478 | 12,9 |
| Mais gente, população maior, aumentam os problemas | 407 | 11,0 |
| Os policiais fazem muito greve, faltam incentivos salariais | 316 | 8,6 |
| Aqui tem muito bandido | 117 | 3,2 |
| Tem pouca segurança na periferia | 84 | 2,3 |
| O número de policiais (menos policiais) nas ruas é muito pequeno | 81 | 2,2 |
| Subtotal | 1.483 | 40,2 |
| Total | 3689 | 100,0 |

Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

8.4. Lazer

A maioria dos entrevistados na cidade de Porto Velho não identificou alterações nas condições de lazer da população nos últimos dois anos (65,0%). Uma parcela importante da população, contudo, registra melhorias, sendo pouco significativo o número daqueles que registram piora ou mesmo aspectos positivos e negativos nas condições de lazer da população (ver Gráfico 22).

Gráfico 22 – Avaliação das alterações identificadas no lazer



Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

A maior parte das avaliações positivas, mostradas na Tabela 35a, foram justificadas pelo aumento das opções de lazer, sendo mencionadas praças, shopping center, a construção do parque municipal, balneários e centros culturais.

Tabela 35a – Motivos apresentados para a avaliação positiva das alterações no lazer – cidade de Porto Velho, setembro 2009

| Avaliação positiva: melhoraram as condições de lazer | Absoluto | % |
|--|---------------|--------------|
| Pelos seguintes motivos: | | |
| Tem mais opções de lazer, novas praças | 11.459 | 34,1 |
| Tem mais opções de lazer por causa do shopping | 8.463 | 25,2 |
| Tem mais opções de lazer (sem especificação) | 7.678 | 22,9 |
| Tem mais opções de lazer, pela construção de um parque municipal | 2.218 | 6,6 |
| Tem mais opções de lazer por causa dos balneários | 1.382 | 4,1 |
| Tem mais centros culturais | 674 | 2,0 |
| Boa qualidade no serviço prestado pelo SESC | 538 | 1,6 |
| Construção de hotéis fazendas | 366 | 1,1 |
| Mais bares, restaurantes e casas de show | 347 | 1,0 |
| Bons investimentos do governo na área | 203 | 0,6 |
| Mais pessoas, população maior, demanda muito grande | 137 | 0,4 |
| Tem fácil acesso a opções de lazer | 137 | 0,4 |
| Total | 33.601 | 100,0 |

Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

Nas Tabelas 35b e 35c são apresentadas as justificativas daqueles que apresentaram avaliações negativas ou que ponderaram sobre a existência de aspectos negativos e positivos. Da mesma forma como na educação, o pequeno número de pessoas nos dois grupos invalida um pouco a significância

das respostas obtidas. É possível que as opções existentes estejam concentradas nos bairros mais centrais ou com maior poder aquisitivo, esta conclusão é baseada na fala de um dos entrevistados que justificou sua avaliação da seguinte forma: “melhorou o lazer no centro por causa do shopping e do parque, mas os bairros continuam sem opção de lazer, sem praças”. Outro entrevistado foi enfático em dizer que “não há lazer nas periferias”.

Tabela 35b – Motivos apresentados para a avaliação negativa das alterações no lazer – cidade de Porto Velho, setembro 2009

| Avaliação negativa: pioraram as condições de lazer | Absoluto | % |
|---|----------|-------|
| Pelos seguintes motivos: | | |
| Não tem opção de lazer | 1.911 | 69,3 |
| Difícil acesso a opções de lazer | 424 | 15,4 |
| Lazer é caro, tem preço e custo alto | 300 | 10,9 |
| Mais pessoas, população maior, demanda muito grande para a oferta | 122 | 4,4 |
| Total | 2.757 | 100,0 |

Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

Tabela 35c – Motivos apresentados por aqueles que identificam variações positivas e negativas no lazer – cidade de Porto Velho, setembro 2009

| Vê aspectos positivos e negativos | Absoluto | % |
|--|----------|-------|
| Apresenta os seguintes aspectos positivos: | | |
| Tem mais opções de lazer por causa dos balneários | 1.001 | 29,1 |
| Tem mais opções de lazer por causa dos shoppings | 796 | 23,1 |
| Tem mais opções de lazer | 206 | 6,0 |
| Tem mais opções de lazer com a construção de um parque municipal | 153 | 4,4 |
| Bons investimentos do governo na área | 71 | 2,1 |
| Subtotal | 2.227 | 64,7 |
| Subtotal | 1.591 | 50,2 |
| Apresenta os seguintes aspectos negativos: | | |
| Difícil acesso a opções de lazer | 462 | 13,4 |
| Lazer é caro, tem preço e custo alto | 366 | 10,6 |
| Não tem opção de lazer | 153 | 4,4 |
| Não tem segurança | 122 | 3,5 |
| Estrutura de lazer da cidade está precária | 112 | 3,3 |
| Subtotal | 1.215 | 35,3 |
| Total | 3.441 | 100,0 |

Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

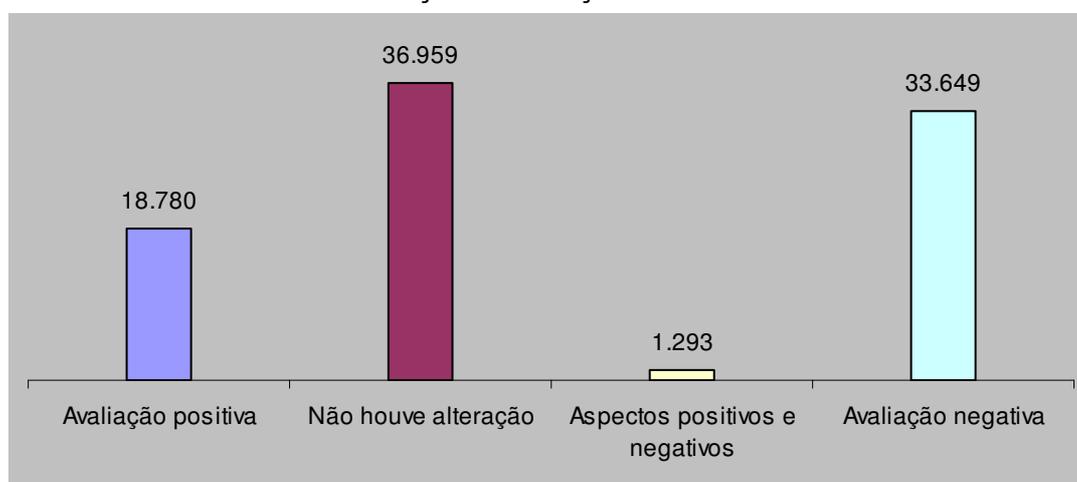
8.5. Saúde

O último item avaliado pela população entrevistada refere-se à saúde, cujos resultados são mostrados no Gráfico 23. A distribuição das opiniões é bastante similar à registrada para a segurança pública, predominando o número dos que não observaram alteração (40,8% do total de entrevistados), vindo em segundo lugar, com alta participação, os que registram uma deterioração nos serviços (37,1%) e ainda um contingente expressivo de pessoas que identificaram melhoria nos serviços.

Conforme mostrado na Tabela 36a, as avaliações positivas são explicadas pela melhoria no atendimento dos hospitais e postos de saúde e pela construção de novas unidades. Há menções também a reformas de postos de saúde, ao aumento do número de agentes de saúde e de médicos e

melhorias no atendimento das policlínicas. Entre os que avaliam positivamente, contudo, alguns chamam atenção para a precariedade do atendimento nos hospitais.

Gráfico 23 – Avaliação das alterações identificadas na saúde



Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

Tabela 36a – Motivos apresentados para a avaliação positiva das alterações na saúde – cidade de Porto Velho, setembro 2009

| Avaliação positiva: melhoraram as condições de saúde | Absoluto | % |
|---|---------------|--------------|
| Pelos seguintes motivos: | | |
| Melhorou o atendimento nos hospitais e postos de saúde | 7.306 | 34,9 |
| Construíram novos hospitais e postos de saúde | 6.425 | 30,7 |
| Reformaram alguns postos de saúde | 1.703 | 8,1 |
| Tem mais agentes de saúde, mais médicos | 1.494 | 7,1 |
| Houve melhoria nas policlínicas, bom atendimento nas policlínicas | 1.021 | 4,9 |
| Hospitais, postos e policlínicas estão bem equipados | 575 | 2,7 |
| Tem mais medicamentos | 528 | 2,5 |
| Implantaram uma clínica para mulheres | 449 | 2,1 |
| O governo investiu mais no setor | 398 | 1,9 |
| Aumentou o número de hospitais particulares | 329 | 1,6 |
| A saúde está mais humana | 268 | 1,3 |
| Agora tem plano de saúde | 109 | 0,5 |
| Menos dificuldade para marcar consulta | 109 | 0,5 |
| Tem mais ambulâncias | 84 | 0,4 |
| Subtotal | 20.798 | 99,3 |
| Apesar de chamar atenção para os seguintes aspectos negativos: | | |
| A situação dos principais hospitais é precária | 137 | 0,7 |
| Total | 20.935 | 100,0 |

Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

As explicações para as avaliações negativas, mostradas na Tabela 36b, apresentam uma dispersão relativamente alta, sendo diversificados os motivos apresentados. Há, não só entre aqueles que citam pontos positivos e negativos, mas mesmo entre os que avaliam as alterações de forma negativa, o registro do esforço para a melhoria dos serviços, ressaltando-se, porém, o insucesso das medidas. Segundo um dos entrevistados, “em todo canto tem posto de saúde, mas não tem os profissionais para atender as pessoas”. Outra pessoa ressalta que está difícil até mesmo para quem tem plano de saúde. Nessa situação de atendimento precário, não é surpreendente o fato do aumento da demanda dos

serviços ter sido registrada como a principal causa da queda na qualidade dos serviços nos últimos dois anos.

Tabela 36b – Motivos apresentados para a avaliação positiva das alterações na saúde – cidade de Porto Velho, setembro 2009

| Avaliação negativa: pioraram as condições de saúde | Absoluto | % |
|--|----------|-------|
| Pelos seguintes motivos: | | |
| A população é maior, aumentou muito o número de pessoas que procuram os serviços | 10.486 | 23,7 |
| Atendimento desrespeitoso com os pacientes | 6.721 | 15,2 |
| Falta médico, poucos médicos e profissionais de saúde | 6.703 | 15,1 |
| O atendimento demora, é difícil consultar, ter acesso aos médicos | 4.088 | 9,2 |
| Não tem estrutura de saúde | 4.077 | 9,2 |
| Existem poucos hospitais | 3.479 | 7,9 |
| Negligência da gerência municipal e estadual, pouco investimento | 2.623 | 5,9 |
| A situação dos principais hospitais é precária | 1.728 | 3,9 |
| Há falta de medicação | 1.207 | 2,7 |
| Os médicos são despreparados, inexperientes | 966 | 2,2 |
| As epidemias estão sem controle | 599 | 1,4 |
| Tem muita burocracia para o atendimento | 540 | 1,2 |
| Está difícil até para quem tem plano de saúde | 526 | 1,2 |
| Falta ambulância nos hospitais e postos | 146 | 0,3 |
| Faltam especialistas | 122 | 0,3 |
| Subtotal | 44.012 | 99,3 |
| Apesar de chamar atenção para os seguintes aspectos positivos: | | |
| Reformaram alguns postos de saúde | 127 | 0,3 |
| Aumentou o número de hospitais particulares | 93 | 0,2 |
| Construíram novos hospitais e postos | 81 | 0,2 |
| Subtotal | 301 | 0,7 |
| Total | 44.312 | 100,0 |

Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

Tabela 36c – Motivos apresentados por aqueles que identificam variações positivas e negativas na saúde – cidade de Porto Velho, setembro 2009

| Vê aspectos positivos e negativos | Absoluto | % |
|---|----------|-------|
| Apresenta os seguintes aspectos positivos: | | |
| Reformaram alguns postos de saúde | 188 | 9,8 |
| Aumentou o número de hospitais particulares | 183 | 9,5 |
| Tem mais agentes de saúde, mais médicos | 117 | 6,1 |
| O governo investiu mais no setor | 112 | 5,8 |
| Construíram novos hospitais e postos | 112 | 5,8 |
| Melhorou o atendimento nos hospitais e postos de saúde | 105 | 5,4 |
| Houve melhoria nas policlínicas, bom atendimento nas policlínicas | 71 | 3,7 |
| Subtotal | 888 | 46,3 |
| Apresenta os seguintes aspectos negativos: | | |
| Existem poucos hospitais | 287 | 15,0 |
| O atendimento demora, é difícil consultar, ter acesso aos médicos | 193 | 10,1 |
| Não tem estrutura de saúde | 188 | 9,8 |
| Falta médico, poucos médicos e profissionais de saúde | 132 | 6,9 |
| Faltam especialistas | 117 | 6,1 |
| A situação dos principais hospitais é precária | 112 | 5,8 |
| Subtotal | 1.030 | 53,7 |
| Total | 1.918 | 100,0 |

Práxis/Santo Antônio Energia, Pesquisa Semestral 1, setembro de 2009

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa desenvolvida, apresentados neste documento, constituem o ponto inicial a partir do qual serão analisadas, nas próximas pesquisas já planejadas, várias transformações nas características da população da cidade de Porto Velho passíveis de serem captadas através deste tipo de instrumento. Em todos os itens apresentados foram destacados os aspectos passíveis de terem sofrido influência da implantação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, o que possibilitou chegar-se a conclusões específicas sobre os temas tratados. Entre elas vale a pena serem destacados alguns pontos que são apresentados a seguir.

No que se refere à dinâmica demográfica, tem-se uma população estimada para a cidade de Porto Velho, em 2009, igual a 369.246 pessoas que pode ser decomposta em dois contingentes populacionais, aquele que residiria em Porto Velho independente da construção das usinas hidrelétricas e aquele formado pelos que permaneceram na cidade ou para lá se dirigiram em função da presença das mesmas.

De uma forma simplificada, pode-se supor que se a população da cidade continuasse a crescer no mesmo ritmo verificado entre 2000 e 2007, ou seja, 0,98% ao ano, ter-se-ia em 2009 uma população estimada de 332.402 habitantes na cidade. A diferença, ou seja, 36.844 pessoas seria o acréscimo populacional direta ou indiretamente relacionado à atual fase de construção das usinas¹⁰.

No Plano Básico Ambiental a previsão de atração de população, em 2009, considerando a construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, que estaria gerando, pelas previsões de contratação, um total de 3.997 empregos diretos, era de uma atração de 16.282 pessoas. Tendo em vista que nesse ano estavam sendo implantados os dois projetos hidrelétricos, e que a geração de empregos diretos somente pela UHE Santo Antônio foi igual a 6.753, conclui-se que esta estimativa, de 36.844 pessoas atraídas (ou fixadas na cidade) não está além do que seria de se esperar em função da situação atual de contratação e evolução da implantação dos empreendimentos.

A decomposição da atração de mão-de-obra entre direta ou indiretamente atraída pelo empreendimento não foi possível de ser realizada através das respostas obtidas na pesquisa. Vários são os motivos que podem ser mencionados para explicar esse resultado. Entre eles podem ser destacadas as dificuldades dos informantes em precisar o motivo da migração de todos os componentes da família, podendo-se esperar alguma simplificação do motivo da migração. Existem também possibilidades de associação entre a facilidade de transferência para a cidade, contando com o apoio de familiares, e a perspectiva de emprego e melhoria das condições de vida, sendo a migração justificada unicamente pelo motivo familiar (uma das respostas obtidas ilustra essa suposição: “*meus parentes me chamaram e eu vim*”).

A questão da geração de oportunidades e de absorção pelo mercado de trabalho dos migrantes chegados até 2009 é retratada pela diferença entre a taxa de desemprego de nativos e migrantes antigos ou recentes. Este último contingente apresenta uma taxa significativamente maior de desemprego que a da população nativa ou a dos migrantes antigos. Aparentemente, trata-se de um motivo contingencial para esse resultado, explicado pelo tempo necessário para que o migrante seja inserido no mercado. Na avaliação da maior parte dos entrevistados sobre a questão do emprego e da renda, o desemprego não aparece como um problema preocupante por parte da população

¹⁰ Este número poderia ser substituído pelo Saldo Líquido Migratório, estimado em 33.053 pessoas, conforme mostrado na Tabela 4. Este exercício aqui apresentado, contudo, torna a análise mais simples, além de fornecer uma estimativa superior para a migração.

entrevistada, sendo mais mencionado como impactos negativos o aumento de custos e os baixos salários dos novos empregos gerados.

A análise referente à ocupação e ao rendimento provê um retrato inicial do quadro econômico/demográfico atual com indicações de algumas dinâmicas relacionadas à construção das usinas, como a grande quantidade de empregados na ocupação atual há menos de um ano, e a composição setorial e em nível de renda que poderão ser analisadas de forma mais aprofundada a partir dos resultados da próxima pesquisa. Corrobora-se neste retrato inicial o perfil do emprego local, altamente baseado no setor terciário de baixa qualificação e renda, com uma grande importância do setor público – em termos de geração de emprego e renda de níveis mais elevados. Este perfil inicial da estrutura de emprego e renda da população local representado acima deve ser avaliado especialmente no que tange às transformações geradas no quadro geral por parte do aumento do emprego na construção civil. Espera-se que seja possível mensurar e avaliar os impactos indiretos em outros setores, assim como nos níveis de rendimento e nas demais características do mercado de trabalho ali apresentadas, para que as alterações nesta estrutura sócio-ocupacional indiquem em que direção caminha a economia de Porto Velho no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico em termos mais amplos e no longo prazo (e sua relação com o momento atualmente vivenciado pela cidade).

A estimativa do déficit habitacional mostra que houve um agravamento não muito significativo da questão considerando os números publicados pela Fundação João Pinheiro para ano de 2000 e o estimado pela Práxis para 2007, que revelam aumentos de 3,4% e 1,5%, respectivamente, no número total de déficit na cidade. Quanto à inadequação dos domicílios, apesar da manutenção de uma carência significativa de habitações adequadas, a pesquisa não indica um agravamento da situação em função do aumento da população.

O Índice de Desenvolvimento Humano que traduziria a qualidade de vida da população local sofre pequenas alterações no período 2000 a 2009 (apesar da dificuldade de comparação do dado municipal com o urbano) destacando-se melhoria no IDH – Longevidade e pequenas reduções no IDH – Educação (já em um patamar bastante alto) e do IDH – Renda. Tal resultado indicaria uma manutenção da qualidade de vida da população da cidade, apesar da grande expansão populacional.

As avaliações dos entrevistados quanto aos serviços prestados indicam dificuldades na solução dos problemas da segurança pública e da saúde, principalmente no que se refere aos bairros mais periféricos e à população de menor poder aquisitivo. Nos dois serviços há o reconhecimento de investimentos e esforços para sua expansão e melhoria, contudo, os resultados ainda se encontram aquém do necessário para atendimento à expressiva demanda existente.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. *Elementos de amostragem*. São Paulo: IME Universidade de São Paulo, 2000.

BRASS, W. e HILL, K. "Estimating Adult Mortality from Orphanhood". In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE, 1973. Liege, **Proceedings**. Liege, International Union for the Scientific Study of Population, 1973, v. 3, p. 111-123.

http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3326&lay=pde (acesso em fevereiro de 2009)

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos e Políticas Sociais. Déficit habitacional no Brasil, 2007. Convênio PNUD/Ministério das Cidades. Belo Horizonte, 2007.

FJP, IPEA, PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991 e 2000

IBGE. Censo Demográfico 2000

IBGE. Contagem de População 2007

IBGE. Qualidade de Vida dos moradores de 60 anos ou mais de idade do bairro de Copacabana – QVIDA. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – ENCE/IBGE. Relatórios de Pesquisa. Rio de Janeiro, 2005.

NACIONES UNIDAS. "Estimación de la Mortalidad Adulta a partir de Información sobre la Distribución de los Fallecimientos por Edad". In: **Manual X: Técnicas Indirectas de Estimación Demográfica**. New York, 1986, cap. V, p. 138-156 (Estudios de Población, 81).

PNDS 2006. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher. Aspectos Metodológicos, 2008.

REDE Interagencial de Informação para a Saúde (RIPSA). **Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa**. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 349 p.: il.

SCHEAFFER, RL.; MENDENHALL, W.; LYMAN, R. *Elementary Survey Sampling*. Duxbury Advanced Seies, Hardcover. Sixth Edition, 1990.

11. EQUIPE TÉCNICA

- **Coordenação**

Alzira Lydia Nunes Coelho

- **Equipe Técnica**

Alexsandra Fernandes Caetano

Alzira Lydia Nunes Coelho

Ana Lúcia Goyatá Campante

Cristina Rodrigues Guimarães

Felipe Nunes Coelho Magalhães

Léssio Lourenço Nunes

Marcos Roberto Gonzaga

Tarcisio da Silva

Estatístico

Economista Demógrafa

Arquiteta Urbanista

Demógrafa

Economista

Estatístico Demógrafo

Estatístico Demógrafo

Estatístico

- **Pesquisadores**

Cássio Cierli Santos Cardoso

Daniele da Silva Maia

Deuzimar Gonzaga da Silva

Diego Carlos de Oliveira Ferreira

Eliana Souza da Rocha

Franciele Lewandowski Londoni

Francisco Carlos Oliveira

Humberto Salvador Lopes

Juliana Lemos Rocha

Kelly Regina Bragado

Luis Henrique Pereira de Miranda Lopes

Paulo Silva Costa

Pedro Henrique Rodrigues Bezerra

Ricardo Santos de Abreu

Rublene de Souza Barbosa

Willian da Costa Pereira

- **Codificação e digitação:**

Lidia Rabelo Tiradentes

- **Apoio Administrativo:**

Glauciene Neres Caetano

Maurício Alves Lopes